

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Gênero, raça e classe: as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho
doméstico em Porto Alegre no pós-abolição (1896-1908)

Maurício Reali Santos

Porto Alegre

2013

Maurício Reali Santos

Gênero, raça e classe: as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho doméstico em Porto Alegre no pós-abolição (1896-1908)

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Célia Lima Xavier

Porto Alegre

2013

Maurício Reali Santos

Gênero, raça e classe: as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho doméstico em Porto Alegre no pós-abolição (1896-1908)

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Regina Célia Lima Xavier (orientadora) – UFRGS

Prof.^a Dr.^a Cláudia Mauch – UFRGS

Me. Nauber Gavski da Silva – Doutorando UFRGS

Porto Alegre

2013

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas em momentos diversos e de maneiras várias fizeram parte desses cinco intensos anos de graduação, compartilhando seus modos de ler e se posicionar no mundo, contribuindo decisivamente para minha formação profissional, política e humana. Agradeço a todas elas, com um destaque especial:

Aos colegas, amigos e amigas que encontrei na UFRGS pelas conversas, discussões e risos entre um gole de café e outro, pelas indicações de livros, filmes e músicas, principalmente ao Guilherme, Aécio e Salton, amigos mais próximos durante esses anos todos, e ao Antônio, cujas afinidades docentes, políticas e teóricas estreitaram os laços de amizade nos últimos anos de curso.

Aos colegas e alunos do PEAC, obrigado por todas as trocas, conversas e aprendizados, por proporcionarem uma experiência única e acompanharem de perto meus primeiros passos como professor.

Aos professores Silvia Petersen, Benito Schmidt e Regina Xavier, cujos conhecimentos, dedicação e seriedade ante à pesquisa e à docência constituíram uma inspiração e parte fundamental da minha formação. Ao Benito, especificamente, agradeço pela oportunidade de participar do seu projeto de pesquisa como bolsista de iniciação. À Regina, especialmente, por ter aceitado orientar este trabalho de conclusão, o que fez de maneira segura e atenciosa; obrigado pelas indicações bibliográficas, pelas conversas e pelo incentivo à pesquisa, principalmente na reta final, quando a tentação de deixar tudo para o próximo ano parecia ser a única alternativa possível.

Aos professores Carla Meinerz, Nilton Mullet, Fernando Seffner e Carmen Gil, pela dedicação e estímulo à docência, pelos aprendizados e vivências no PIBID e nos estágios, e por mostrar que ensinar História é um desafio encantador! À Carla, em especial, por ensinar que a educação é antes de tudo relação humana e que exige sensibilidades.

Aos meus pais, Paulo e Silvane, e ao meu irmão, Gabriel, por tudo. Sem o seu apoio a graduação teria sido no mínimo muito mais difícil.

À Julia, por todo o carinho e pelas experiências compartilhadas nos últimos quatro anos.

RESUMO

Este trabalho teve como questão analisar quais foram as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho doméstico em Porto Alegre, no contexto pós-abolição, utilizando como fonte principalmente os anúncios de emprego do jornal Correio do Povo, entre 1896 e 1908. Embora os anúncios sejam por vezes econômicos em termos de informações, muitos deles, mais do que uma simples relação de oferta e demanda, permitiram entrever expectativas dos empregadores sobre o trabalho, significados acerca da liberdade e valores sociais acionados na prática de contratação. Além de uma análise qualitativa, a fonte permitiu uma quantificação levando em conta ocupação, sexo, cor, nacionalidade, idade e salário, não com a pretensão de estabelecer uma amostra com representatividade estatística, mas para constituir indicativos sobre os quais refletir, em diálogo com a bibliografia, sobre temas como: a inserção da mulher no mercado de trabalho doméstico e as relações de gênero; os significados da cor e etnicidade no contexto pós-abolição; arranjos de trabalho e domesticidade; bem como indícios de conflitos cotidianos e negociações entre patrões e empregadas.

Palavras-chave: história do trabalho, história das mulheres, pós-abolição, trabalho doméstico.

SUMÁRIO

Introdução _____	7
Capítulo 1 – _____	15
1.1 – Gênero e mercado de trabalho doméstico na virada do século _____	15
1.2 – Cor e nacionalidade nos anúncios de emprego _____	24
Capítulo 2 _____	32
2.1 – Arranjos de trabalho sob o domínio da precariedade: trabalho infantil, remuneração, mobilidade e rotatividade nos empregos _____	32
2.2 – As criadas e seus patrões: entre negociações e conflitos _____	44
Considerações Finais _____	52
Fontes e Bibliografia _____	54

Introdução

Este trabalho partiu de um exercício de pesquisa realizado para uma disciplina eletiva ministrada pela professora Regina Xavier, no segundo semestre de 2012, cuja temática era a construção das teorias raciais e suas apropriações pela elite brasileira no final do século XIX e início do XX. Naquele momento, propus examinar como aparecia a menção à cor dos indivíduos nos periódicos *Correio do Povo* e *A Federação*, em Porto Alegre, nas primeiras décadas republicanas. Deparei-me com diversos anúncios de emprego, especialmente aqueles referentes aos serviços domésticos, nos quais era discriminada preferência por cor, nacionalidade e outros atributos: “*Precisa-se de uma criada à Rua dos Andradas n.60 para serviços de pouca família. Prefere-se branca*”¹; “*Precisa-se de uma menina de 12 a 14 annos, para cuidar de creança, prefere-se estrangeira*”²; “*Precisa-se de uma criada para acompanhar uma família ao Rio de Janeiro, quer-se branca e com atestado de boa conducta*”³; “*Uma moça de origem austríaca, falando bem o portuguez, e com bastante pratica do serviço de cozinheira oferece os seus serviços para hotel, casa de pensão ou de família. Informações á rua da Floresta n.42.*”⁴; “*Precisa-se de uma [criada], para cozinhar, lavar, passa e engomar, de preferência allemã, para uma família brasileira, á rua Moinhos de Vento 57. Paga-se 50\$000 mensaes, mas dormindo na casa*”⁵.

Como se pode verificar nos exemplos citados, os anúncios de emprego contêm informações diversas e, mais do que expressarem uma simples relação de oferta e demanda, permitem entrever expectativas dos empregadores sobre o trabalhador, algumas condições de trabalho e valores sociais acionados na prática de contratação que, por sua vez, não devem ser entendidos como expressão unilateral dos patrões, mas sim em seu aspecto relacional com as empregadas e suas próprias expectativas. Instigado pelos anúncios e considerando que, durante a vigência da escravidão no Brasil, os serviços domésticos foram exercidos predominantemente por escravas e libertas, em função da aversão das elites pelos serviços manuais, procurei responder o seguinte problema de pesquisa: *quais foram as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho doméstico em Porto Alegre, no contexto pós-abolição (1896-1908)?*

¹ *Correio do Povo*, 04/01/1908.

² *Correio do Povo*, 07/01/1908.

³ *Correio do Povo*, 07/01/1908.

⁴ *Correio do Povo*, 12/05/1908.

⁵ *Correio do Povo*, 14/08/1912.

Ao contrário de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife e, mais recentemente Rio Grande, sobre as quais foram feitos estudos mais aprofundados a respeito das experiências das trabalhadoras domésticas⁶, abarcando, inclusive as décadas posteriores à abolição, Porto Alegre ainda carece de pesquisas nesse sentido. As exceções foram os trabalhos de Sandra Pesavento e Paulo Staudt Moreira, que tangenciaram as trabalhadoras domésticas a partir de problemáticas mais amplas⁷, e o trabalho de conclusão de curso de Lilhana Belardinelli⁸. Nenhum deles, porém, avançou muito sobre o contexto pós-abolição. O recorte cronológico escolhido – de 1896 a 1908 – justifica-se, em primeiro lugar, por corresponder a um período de grande crescimento urbano e populacional de Porto Alegre associado a um processo de industrialização, e que teve como desdobramentos o aumento da demanda por serviços diversos, dentre os quais aqueles relacionados a manutenção dos lares, sendo oportuno, portanto, para analisar as possibilidades de inserção das mulheres nas ocupações domésticas; em segundo lugar, por tratar das décadas subseqüentes à abolição da escravidão, constituindo um espaço privilegiado para examinar mudanças e continuidades acerca dos arranjos de trabalho, expectativas sobre o trabalho livre e embates entre patrões e empregadas.

Optou-se por examinar os serviços domésticos, ou seja, todos aqueles afazeres relacionados à manutenção do lar (criadas, copeiras, lavadeiras, engomadeiras, cozinheiras, amas de leite, amas secas), em detrimento das professoras, parteiras, costureiras e tecelãs (que progressivamente eram empregadas nas novas indústrias têxteis), e de toda uma gama de trabalhos informais como o das quitandeiras, o fabrico de doces e a preparação de comida para fora, que também faziam parte do cotidiano das cidades brasileiras na virada do século XIX, em virtude destas ocupações terem recebido menos atenção no campo da historiografia social do trabalho e também porque não seria possível dar conta das especificidades de todas as formas

⁶ Para o Rio de Janeiro, ver: GRAHAM, Sandra. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; SOUZA, Flávia. *Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. São Gonçalo, RJ, Dissertação (Mestrado em História). UERJ, 2009; SANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de Tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Campinas, SP, Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP, 2006. Para o São Paulo, ver: MATOS, Maria Izilda. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002; TELLES, Lorena. *Libertas entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História), USP, 2011. Para Recife e Salvador, ver: SILVA, Maciel H. Carneiro. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)*. Salvador, Tese (Doutorado em História), UFBA, 2011. Para Rio Grande, ver COSTA, Ana Paula Amaral. *Criados de servir: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880-1894)*. Pelotas, RS, Dissertação (Mestrado em História), UFPel, 2013.

⁷ PESAVENTO, Sandra. *A emergência dos subalternos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1989; MOREIRA, Paulo Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

⁸ BELARDINELLI, Lilhana. *Do serviço doméstico: cotidiano das criadas negras em Porto Alegre, 1880-1888*. Porto Alegre, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), UFRGS, 2009.

de trabalho enunciadas no âmbito de um trabalho de conclusão de curso. Tratar-se-á, portanto, de um recorte circunscrito dentro do universo mais amplo que compreende a presença das mulheres no mundo do trabalho, mas que tem como vantagem a possibilidade de analisar mais detidamente a relação entre gênero e domesticidade. Não há na bibliografia consultada uma definição precisa de “domesticidade”, o que em certo sentido se deve à imprecisão da própria realidade social no que diz respeito a delimitação daquilo que era considerado serviço doméstico. Pode-se dizer, de maneira ampla, que a domesticidade associa-se ao âmbito do arbítrio privado, das relações pessoalizadas, opostas ao mundo do contrato. Além disso, destaca-se a complexidade das relações de trabalho na domesticidade, envolvendo intimidade, submissão, afeto, violência e conflito, especialmente por haver coabitação de patrões e empregadas⁹.

As fontes utilizadas nesta pesquisa foram fundamentalmente os anúncios de emprego e algumas notícias e artigos veiculadas no periódico *Correio do Povo*¹⁰ nos anos de 1896, 1898, 1906 e 1908. Buscou-se combinar uma análise quantitativa (no caso dos anúncios) e qualitativa (anúncios, notícias e artigos), pressupondo que ambas permitiriam vislumbrar aspectos distintos acerca das experiências das mulheres no mercado de trabalho domésticos. Com o intuito de abarcar os anos referidos na sua extensão, optou-se pela amostragem aleatória dos meses de março, junho, setembro, novembro e dezembro de cada ano. Foram elaborados dois bancos de dados separados: um para as ofertas de emprego e outro para a procura de emprego. No primeiro, foram contabilizados 346 anúncios organizados segundo as variáveis de ocupação, sexo, cor, nacionalidade, idade, salário, requisitos (atestar boa conduta, dormir na casa dos patrões, por exemplo), e o número de dias que o anúncio esteve no jornal. O segundo banco, foi composto por 33 anúncios organizados em função das mesmas variáveis. Em ambos os bancos não foram inseridos anúncios repetidos em um mesmo mês e também não foram

⁹ Ver LIMA, Henrique Espada. Trabalho e lei para os libertos na Ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e domesticidade. *Cadernos AEL*, v.14, n.26, 2009, p.135-177; CUNHA, Olívia. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, Olívia e GOMES, Flávio (orgs.) *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p.377-417.

¹⁰ O *Correio do Povo* foi fundado em 1895 pelo jornalista Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, pelo médico Mario Totta e pelo gráfico e jornalista José Paulino Azurenha, marcando a ascensão, no Rio Grande do Sul, do chamado jornalismo informativo moderno, em detrimento do jornalismo político-partidário e do literário, buscando constituir a imagem de um veículo supostamente neutro. Para mais informações, ver: SPERANZA, Clarice Gontarski. *A greve da oficina de chumbo: o movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983,1984)*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, 2007. p.57; ver também: FRAGA, Gerson. *Branco e Vermelho: a guerra civil espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, 2004. p.16-21.

computados aqueles empregos que explicitamente destinavam-se ao trabalho em hotéis, restaurantes, armazéns e casas comerciais, enfim, locais que não fossem casas de família.

Deve-se ressaltar que as formas de contratar criadas, cozinheiras, amas de leite e lavadeiras no final do século XIX eram múltiplas, muitas das quais passavam longe das páginas dos jornais. As indicações pessoais; os casos de famílias pobres que, sem condições de sustentar a prole, colocavam os filhos e filhas como criados em casas de famílias abastadas, nutrindo a expectativa de que lá recebessem proteção e uma educação mínima; e a tutela de órfãos constituíam algumas dessas formas de obter mão-de-obra para os lares. As ofertas de emprego, portanto, não podem ser tomadas como correspondentes ao mercado de trabalho, mas como uma parte dele, mesmo porque havia vários jornais na capital do Rio Grande do Sul, que não puderam ser abarcados nessa pesquisa. Assim, a coleta dos anúncios não teve como pretensão obter uma amostra com representatividade estatística, mas constituir um indicativo sobre o qual se pudesse examinar a questão proposta, em diálogo como a bibliografia sobre o tema.

Este trabalho se inscreve no processo de “alargamento” temático, conceitual, cronológico e espacial pelo qual passou a historiografia social do trabalho brasileira nas últimas décadas¹¹. Até os anos 80, as pesquisas, via de regra, associavam trabalho ao âmbito urbano, industrial, focando especialmente a história operária e os movimentos organizados dos trabalhadores. A partir de meados dos anos 80, acompanhando o processo de redemocratização do país e dialogando com a historiografia marxista britânica (especialmente E. Hobsbawm e E.P. Thompson), as pesquisas passaram a incorporar novos temas e sujeitos, passando a investigar os trabalhadores urbanos e rurais, assalariados e autônomos, contratados e sazonais, deslocando o foco dos trabalhadores organizados e suas lideranças para o trabalhador comum e as experiências cotidianas, os espaços de lazer e de sociabilidade. Nesse processo, a historiografia passou a estabelecer outros recortes além do de classe, tais como gênero, raça e etnia, mostrando-se cada vez mais atenta não apenas aquilo que unifica os trabalhadores, mas também às suas divisões, rivalidades, tensões internas. Também as cronologias passaram a ser revistas e questionadas. Durante muito tempo, 1888 foi tomado como um marco rígido que separava escravidão e liberdade, produzindo uma dicotomia pela qual a História do Trabalho ocupava-se somente do trabalhador livre, frequentemente branco e imigrante, excluindo assim das análises as experiências dos trabalhadores e trabalhadoras escravizados, bem como de seus

¹¹ O termo “alargamento” foi empregado por Benito Bisso Schmidt em texto que serviu de base para traçar essas linhas gerais, juntamente com artigo de Claudio Batalha. Ver: SCHMIDT, Benito. Trabalho, Justiça e Direitos: perspectivas historiográficas. In: SCHMIDT, Benito (org.) *Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010; BATALHA, Claudio. Os desafios atuais da História do Trabalho. *Anos 90*. Porto Alegre, v.13, n.23/24, p.87-104, jan./dez. 2006.

descendentes¹². Assim, sobretudo a partir dos anos 90, essas balizas começaram a ser matizadas com investigações a respeito das experiências de liberdade durante a vigência do escravismo e as expectativas das últimas geração de escravos, passando-se a questionar o que estava para além da escravidão. É então, também nos anos 90, que o pós-abolição enquanto problema histórico ganha força¹³, abrindo um novo leque de questões a serem examinadas ou revistas como o pensamento racial e os significados da cor nas práticas sociais, o impacto da imigração europeia, os significados acerca da cidadania e liberdade (e os embates em torno deles) para os diversos grupos sociais, o papel das experiências de resistência e organização dos cativos e libertos para a formação da classe trabalhadora.

No que diz respeito a pesquisa histórica acerca do trabalho doméstico no Brasil durante a escravidão e no pós-abolição, o estudo precursor e que ainda se constitui como referência importante foi o livro “Proteção e Obediência”¹⁴, de Sandra Lauderdale Graham, publicado originalmente em inglês, em 1988, no qual a autora buscou reconstituir pormenorizadamente as experiências cotidianas de criadas e seus patrões no Rio de Janeiro entre 1860 e 1910, sob o prisma de dois territórios adversários: a casa e a rua. A autora demonstrou que, se para as elites, a casa representava proteção em relação à insegurança, à violência e mazelas provenientes da rua, ela também se constituía como espaço de conflito social, podendo adquirir significados diversos para as criadas: espaço de controle e vigilância, onde as criadas estavam sujeitas aos desmandos dos patrões, ao contrário das ruas, que podiam propiciar a experiência de liberdade e a construção de laços de sociabilidade com outras criadas, escravos, forros e pobres livres. Desde o estudo de Graham, novas pesquisas foram empreendidas a partir de outras problemáticas. Mais recentemente dois estudos, em nítido diálogo com as discussões de E.P. Thompson a respeito do conceito de classe social e das noções de lei e direito, merecem destaque: a tese de doutorado de Maciel Henrique Silva, na qual o autor propôs analisar a formação da classe das trabalhadoras domésticas “criadas entre textos e práticas sociais” em Salvador e Recife, entre 1870 e 1910¹⁵; e a dissertação de mestrado de Ana Paula Costa, na qual a autora problematizou a resistência das criadas na cidade de Rio Grande frente à tentativa de controle sobre as trabalhadoras domésticas, imposta no contexto de abolição (1880-1894), e a relação dessa resistência com a organização operária na cidade¹⁶. Como se pode ver, ambos

¹² LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, v. 16, p. 25-38, 1998.

¹³ Idem; RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Mattos. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

¹⁴ GRAHAM, Sandra. *Op. Cit.*

¹⁵ SILVA, Maciel H. Carneiro. *Op. Cit.*

¹⁶ COSTA, Ana Paula Amaral. *Op. Cit.*

estudos mostram-se sintonizados com os “alargamentos” enunciados anteriormente a respeito das cronologias e temas, buscando romper com a dicotomia escravidão/liberdade. Porém, deve-se ressaltar, conforme assinalou Maciel Silva¹⁷, que os estudos voltados para as experiências de trabalho doméstico no campo da História – diferentemente das Ciências Sociais – ainda são poucos e incipientes, sendo um campo em aberto para a pesquisa histórica.

Esta pesquisa não teve como objetivo traçar um “modelo” referente à inserção das mulheres no mercado de trabalho em Porto Alegre no pós-abolição, tampouco pretendeu estudar a “transição” da escravidão para o trabalho livre. Conforme ressalta Walter Fraga Filho:

Além de sugerir linearidade do processo histórico, a abordagem sobre a transição limita a discussão aos aspectos econômicos da substituição dos escravos pelos trabalhadores livres, quase sempre desconsiderando que os ‘livres’, em sua maioria, haviam sido escravos ou descendiam destes. A escravidão foi muito mais que um sistema econômico; ela moldou condutas, definiu hierarquias sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. Em todos os locais onde existiu, o seu final foi marcado por tensões sociais agudas, desentranhando antigas demandas, e, ao mesmo tempo, forjando novos significados e expectativas de liberdades¹⁸.

Nesse sentido, a partir dos indícios e fragmentos presentes nos jornais, pretendeu-se buscar compreender determinadas lógicas e dinâmicas sociais do contexto pós-abolição, bem como experiências sociais possíveis em sua diversidade e nuances. O mercado de trabalho e as possibilidades de inserção das mulheres foram entendidos não como reflexo ou dado da estrutura sócio-econômica, mas como resultado das relações, tensões e disputas entre sujeitos históricos que as conformaram. Para tanto, foram utilizadas ao longo da pesquisa três categorias de análise: gênero, raça e classe.

Partindo das reflexões desenvolvidas no debate clássico entre Joan Scott e Louise Tilly¹⁹, a categoria de gênero foi importante para pensar o problema proposto de diversas maneiras: primeiramente, no sentido de indagar por que determinados postos de trabalho – via de regra associados aos cuidados do lar e das crianças – estavam disponíveis para as mulheres e não outros. Em segundo lugar, para não tomar esses lugares e papéis sociais atribuídos às mulheres como dados, mas social e historicamente construídos e permanentemente reforçados, disputados e transformados tanto no âmbito discursivo e das representações, quanto nas práticas sociais. Para entender e explicar as possibilidades distintas colocadas para mulheres brancas e

¹⁷ SILVA, Maciel H. Carneiro. *Op. Cit.* (ver principalmente a Introdução e o início do capítulo 6)

¹⁸ FRAGA FILHO, W. *Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos libertos na Bahia, 1870-1910*. Campinas, SP, Tese (Doutorado em História), UNICAMP, SP, 2004. p.18

¹⁹ SCOTT, Joan. W. Prefácio à *Gender and Politics of History*. *Cadernos PAGU*, v. 3, p. 11-27, 1994; TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos PAGU*, v. 3, p. 29-62, 1994.

mulheres negras em um contexto racializado, a utilização do conceito de “raça” foi imprescindível. Conforme as considerações do sociólogo Antônio Guimarães:

“Raça” é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de ‘raça’ permite [...], tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite.²⁰

Sendo “raça” pertencente ao mundo social, procurou-se ressaltar – como muitos historiadores têm feito²¹ – sua historicidade, ou seja, a não existência de um significado fixo e atemporal para o conceito, mas sim contextual. O aspecto fundamental a ser sublinhado é a dimensão relacional das formulações raciais. A construção do negro como inferior, inapto para o trabalho livre, incapaz de civilização e de exercer a liberdade sem uma tutela se deu em contraposição a representação do europeu, branco, superior, trabalhador, indispensável como agente civilizador para o progresso da nação brasileira, estando no centro dos debates e embates acerca da liberdade, cidadania e direitos no contexto imediatamente anterior e posterior à abolição.

Por fim, não se pode perder de vista a dimensão de experiência de classe. Conforme a definição de E. P. Thompson, a partir do estudo da formação da classe operária inglesa, contrapondo-se a uma concepção estruturalista de classe e buscando resgatar a ação dos sujeitos na história:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente [...] nas relações humanas.²²

E ainda,

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a

²⁰ GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 1999. p.9

²¹ XAVIER, Regina C. L. Raça, civilização e cidadania na virada do século XIX e início do século XX. In: *IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2009.

²² THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. (v.1 “A árvore da liberdade”). 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p.9

forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.²³

Embora a fonte analisada não tenha privilegiado analisar uma *articulação* da identidade das trabalhadoras domésticas entre si e contra os interesses dos patrões, tal conceito foi importante como uma “expectativa” para interrogar as fontes e perceber indícios fragmentados de tensões e interesses distintos; e que, embora igualmente mulheres, muitas vezes coabitando o mesmo espaço, havia uma hierarquia que separava as empregadas de suas patroas e patrões e colocava-as em pólos opostos de uma relação, proporcionando-lhes experiências de classe distintas.

A monografia está dividida em dois capítulos. No primeiro, analisei as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho doméstico em Porto Alegre, no contexto pós-abolição; discuti de que maneiras o mercado de trabalho expressava e reproduzia diferenças de gênero e, ao mesmo tempo, como a inserção das mulheres no mundo do trabalho poderia impactar nas relações de poder entre homens e mulheres; também foram analisadas a discriminação da “cor” e “nacionalidade” nos anúncios de emprego doméstico. No segundo capítulo, procurei analisar mais detidamente os arranjos de trabalho em função da idade, da remuneração, das condições e expectativas de empregadores e empregadas, buscando evidenciar ambiguidades e continuidades para além da dicotomia trabalho escravo/trabalho livre; por fim, examinei alguns indícios de embates entre patrões e empregadas e as possibilidades de negociação como alternativa diante das situações de precariedade.

²³ Idem. p.10

Capítulo 1

Conforme enunciado na introdução, este capítulo tem como objetivos, primeiramente, examinar as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho doméstico em Porto Alegre, no contexto pós-abolição, a partir de uma análise quantitativa dos anúncios de emprego divulgados pelo periódico *Correio do Povo*, problematizar de que maneiras o mercado de trabalho expressava e reproduzia diferenças de gênero e, ao mesmo tempo, como a inserção das mulheres no mundo do trabalho poderia impactar nas relações de poder entre homens e mulheres; segundo, analisar a menção à “cor” e “nacionalidade” nos anúncios de emprego doméstico e seus significados.

1.1. Gênero e mercado de trabalho doméstico na virada do século

No limiar do século XIX, Porto Alegre passou por um período de crescimento urbano associado ao desenvolvimento da produção nas colônias italianas e alemãs, cujas mercadorias afluíam para a cidade, permitindo um acúmulo de capital que, paulatinamente, foi investido na criação de oficinas e indústrias. A expansão industrial e comercial, articulada à rede de transportes de navegação fluvial e ferroviária (em 1874, chega a estrada de ferro a São Leopoldo e, em 1876, a Novo Hamburgo), fez com que a cidade atraísse novos fluxos migratórios dirigidos às atividades urbanas, tanto internacionais como oriundos do interior do estado, implicando na expansão do traçado urbano, especialmente para a zona norte, onde passaram a se instalar as principais indústrias²⁴. Houve também um expressivo aumento populacional: de pouco mais de 52 mil habitantes em 1890 para aproximadamente 130 mil duas décadas depois, em 1910²⁵. Esse crescimento expandiu a demanda por prestações de serviços diversos, o que é visível nos anúncios de emprego dos jornais da cidade. Dentre as ocupações mais requisitadas estavam todas aquelas relacionadas à manutenção dos lares: lavar, passar, cozinhar, criadas para todo o serviço, ama de leite, ama seca, entre outras.

A tabela 1 apresenta os dados referentes aos anúncios de emprego doméstico coletados distribuídos por ocupação e sexo. Percebe-se que, à exceção do serviço de copeiro, todas as demais ocupações eram destinadas predominantemente para as mulheres. Os homens foram

²⁴ Ver FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul, RS: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond, 2004. Especialmente o capítulo 1 “Uma cidade dentro da cidade”.

²⁵ TORCATO, Carlos. *A repressão oficial ao jogo do bicho: uma história dos jogos de azar em Porto Alegre (1885-1917)*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, 2011. p.28-29; SILVA, Nauber Gavski da. *Vivendo como classe: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, 2010. p.161.

requisitados como cozinheiros e também para serviços domésticos, mas em proporção expressivamente menor, não constando para os serviços de lavar e engomar, para cuidar de crianças (com exceção de um anúncio requisitando pajem para um bebê de onze meses) e, obviamente, para amamentação. Em termos percentuais, 90,2% das ofertas de emprego para afazeres domésticos destinavam-se às mulheres e meninas, ao passo que somente 8,7% destinavam-se aos homens e meninos; 1,1% dos anúncios eram indiferentes ao sexo. Como se pode ver na tabela 1, houve pouca variação nessa proporção entre os anos de 1896 e 1908.

Ocupação	Tabela 1 – Oferta de empregos domésticos por ocupação e sexo								Total
	1896		1898		1906		1908		
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	
Serviços domésticos ²⁶	17	-	11	1	53	8 ²⁷	75	7 ²⁸	174
Cozinheira(o) ²⁹	6	2	8	2	36	1	38	1	94
Copeira(o)	1	1	-	-	1	3	2	3	11
Lavar e Engomar	-	-	-	-	4	-	1	-	5
Ama de Leite	-	-	12	-	5	-	6	-	23
Ama Seca ³⁰	2	-	6	-	10	-	18	1	35
Indiferente ao sexo ³¹	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Total	26	3	37	3	109	12	140	12	346
Percentual	89,7%	10,3%	92,5%	7,5%	90,1%	9,9%	92,1%	7,9%	

Fonte: Núcleo de Pesquisa em História/UFRGS – *jornal Correio do Povo* (microfilme)

Também nos anúncios de trabalhadoras oferecendo seus serviços há um predomínio muito grande das mulheres – ver Tabela 2. Dos 33 anúncios coletados, há somente duas pessoas do sexo masculino, ou seja, aproximadamente 94% dos anúncios eram de mulheres contra 6% de homens.

²⁶ A categoria serviços domésticos inclui: criada; ama; criada para limpeza de casa; criada para serviços internos; criada para serviço de casa; criada para serviços leves; criada para todo o serviço; criada para serviços domésticos; senhora para serviços domésticos, criadinho que saiba lavar a casa e ajude nos serviços domésticos; rapaz para serviços leves; rapaz para serviços domésticos; criada para tratar de enferma (um caso apenas); rapaz para mandaletes em casa de família (um caso).

²⁷ Três anúncios solicitavam explicitamente rapazes para serviços domésticos, os demais não explicitavam.

²⁸ Três anúncios deixavam explícito que a ocupação era para serviço doméstico; outros quatro não.

²⁹ A categoria cozinheira(o) inclui: cozinheira, cozinheiro, criada para cozinha, criada que saiba cozinhar; criada para cozinhar e lavar; criada para cozinha e mais serviços leves.

³⁰ A categoria ama seca incluiu: ama seca; criada para cuidar de criança; criada para serviços leves e cuidar de criança; criada para cuidar de criança e pequenos serviços; menina para cuidar de criança; menina para cuidar de criança e serviço da casa; senhora para cuidar de criança; pajem para criança de onze meses (um caso apenas).

³¹ Cozinheiro ou Cozinheira; Pessoa para cuidar de criança.

Ocupação	Tabela 2 – Procura de empregos domésticos por ocupação e sexo								Total
	1896		1898		1906		1908		
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	
Serviços domésticos ³²	-	-	5	-	1	-	4	1	11
Cozinheira(o)	-	-	1	-	-	-	-	1	2
Copeira(o)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Lavar e Engomar	-	-	4	-	1	-	-	-	5
Ama de Leite	3	-	3	-	7	-	2	-	15
Ama Seca	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	3	-	13	-	9	-	6	2	33
Percentual	100%	-	100%	-	100%	-	75%	25%	

Fonte: Núcleo de Pesquisa em História/UFRGS – *jornal Correio do Povo (microfilme)*

A face feminina do mercado de trabalho doméstico fica ainda mais evidente quando consideramos os dados demográficos de Porto Alegre no período em questão. Conforme a tabela 3, nos anos de 1890 e 1900, que se aproximam do recorte cronológico desta pesquisa, havia um equilíbrio entre os sexos na população porto-alegrense, o que reforça os indicativos de que, no contexto do imediato pós-abolição, o mercado de trabalho doméstico teve presença majoritariamente feminina.

Tabela 3 – População de Porto Alegre por sexo			
Ano	Homens	Mulheres	Total
1872	22.914	21.084	43.998
1890	26.409	26.012	52.421
1900	36.719	36.955	73.674
1920	75.734	82.231	157.965

Fonte: TORCATO, Carlos. *Op. Cit.* p.28-29³³

Essa característica foi também encontrada pela historiografia para outras cidades brasileiras no período em questão ou imediatamente anterior, a partir de outras fontes documentais. Na década de 1880, diante da iminência do fim da escravidão, foram discutidos em todo o Brasil, no âmbito das Câmaras Municipais, projetos para regulamentar os serviços dos criados e criadas. Esses projetos previam a utilização de dois livros: um para registrar, dentre outras coisas, nome, idade, profissão, nacionalidade e local onde moravam os criados; e outro para anotar os contratos de trabalhadores domésticos, bem como os motivos de demissão.

³² A categoria serviços domésticos inclui: criada; dama de companhia; caseira; senhora para todo o serviço doméstico.

³³ O autor utilizou como fonte para elaborar a tabela os dados da FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1981.

Conforme veremos no capítulo 2, tais procedimentos mais cedo ou mais tarde caíram em desuso. Ainda assim, quando foram preservados (ao que tudo indica, não foi o caso de Porto Alegre), estes registros constituíram uma fonte importante para reconstituir o perfil e as dinâmicas dos trabalhadores domésticos.

Para Salvador, a partir do Livro de Matrícula das Criadas Domésticas, de 1887 a 1893, Walter Fraga Filho constatou a proporção de 556 (71,5%) mulheres para 225 (28,5%) homens nos serviços domésticos. Note-se, porém, que a definição de serviços domésticos abarcava aí um leque mais amplo de funções como “jardineiros”, “cocheiros” e outros serviços desempenhados exclusivamente por homens, bem como as “costureiras”, cujos serviços eram prestados frequentemente em oficinas e indústrias têxteis. Desconsiderando essas categorias, teríamos a proporção de 76,4% de mulheres e 23,6% de trabalhadores do sexo masculino.³⁴

Para a cidade de São Paulo, Lorena Telles encontrou no Livro de Inscrição de Empregados, de 1886, 1001 trabalhadores registrados, dos quais 63% eram mulheres e 37% eram homens. Neste caso, os empregos domésticos foram definidos de maneira ainda mais alargada em comparação com Salvador, incluindo cocheiro, chacareiro, ferrador, hortelão, jardineiro, porteiro de hotel e costureiras. Excetuando-se estas categorias teríamos a proporção de 74,4% de mulheres para 25,6% de homens.³⁵ Já para o caso de Desterro (Florianópolis), Henrique Espada Lima não encontrou o livro e os registros, tampouco os contratos e cadernetas previstos pelo Regulamento dos Serviços dos Criados, aprovado pela Câmara Municipal em 1883, somente informações fragmentadas a respeito dos contratos de criadas, a partir das quais estimou que as mulheres compunham 80% das criadas.³⁶

Para a cidade de Rio Grande, Ana Paula Costa contabilizou 1214 registros no Livro de Registros de Certificados de Conduta dos Criados e Amas de Leite de 1887 a 1890 e 1893 a 1894, dos quais 1050 (86,5%) eram trabalhadoras do sexo feminino e 164 (13,5%) trabalhadores do sexo masculino. Neste caso, as categorias de serviços consideradas aproximam-se daquelas coletadas nos anúncios de emprego para Porto Alegre; excetuando-se alguns poucos carreteiros, cocheiros e varredores que, se retirados do cômputo, ocasionariam inexpressiva alteração nos percentuais³⁷.

Por fim, analisando o censo do Distrito Federal (Rio de Janeiro) de 1906, Sidney Chalhoub afirma que “apesar de encontrarmos algumas mulheres trabalhando em casas de

³⁴ FRAGA FILHO, Walter. *Op. Cit.* p.329.

³⁵ TELLES, Lorena. *Op. Cit.* p.48-49.

³⁶ LIMA, Henrique Espada. *Op. Cit.* p.172.

³⁷ COSTA, Ana Paula Amaral. *Op. Cit.* p.64.

comércio ou como operárias, o serviço doméstico era o principal reduto ocupacional das mulheres pobres.” Segundo o autor, a tabela de profissões do censo indica que, do total de 117.904 pessoas que se declararam empregadas em serviços domésticos, 94.730 (80,3%) eram mulheres e apenas 23.174 (19,7%) eram homens.³⁸

Os anúncios de emprego coletados diferem das fontes utilizadas pelos autores citados na medida em que não é possível saber se, de fato, o pedido do jornal foi atendido e resultou na contratação das trabalhadoras. Não obstante essa diferença, observou-se para todas as cidades, inequivocamente, o predomínio da mão de obra feminina no mercado de trabalho doméstico, predomínio este ligeiramente menor em São Paulo e Salvador; e maior em Porto Alegre e Rio Grande. A aproximação entre os percentuais de Rio Grande (86,5%) e de Porto Alegre (90,2%) é relevante e reforça a plausibilidade dos dados coletados nos anúncios de emprego, tendo em vista serem ambas cidades portuárias, em processo de industrialização e estarem inseridas no contexto sul-rio-grandense.

O fato de encontrarmos um mercado de trabalho doméstico eminentemente feminino e a quase exclusividade de mulheres nas ofertas de mão-de-obra para esse setor não pode reforçar uma determinada representação de gênero que (por vezes até os dias de hoje) atribui à mulher o “lugar da cozinha” e o “dever de cuidar da casa e dos filhos”. As reflexões propostas por Joan Scott sobre a utilidade da categoria de gênero para análise histórica³⁹ são importantes nesse sentido justamente para que não se tome os lugares e papéis sociais atribuídos às mulheres (e homens) como um dado, mas como algo construído social e historicamente e permanentemente reforçado e disputado no âmbito das representações simbólicas; nos discursos de ordem normativa, responsáveis por afirmar de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino; e ainda, pelas instituições sociais. Sobre estas últimas, Scott chama a atenção para a pertinência de considerar o papel desempenhado pelo mercado de trabalho na construção das diferenças de gênero⁴⁰. Partindo dessas reflexões, pode-se indagar de que maneiras o mercado de trabalho em Porto Alegre, na virada do século XIX, expressava e (re)produzia diferenças de gênero.

Conforme abordou Sidney Chalhoub, no início do século XX, contexto de imposição da ordem burguesa no Brasil, diferentes discursos eram responsáveis por afirmar as diferenças e

³⁸ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. p.203

³⁹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.-dez. 1995.

⁴⁰ Idem. p.87

hierarquias de gênero na sociedade. No discurso médico, por exemplo, a partir dos pressupostos cientificistas da época, a “natureza feminina” era apreendida de seus atributos físicos:

a primeira constatação era a de que a mulher era mais frágil fisicamente do que o homem. Desta fragilidade física advinham a delicadeza e a debilidade da constituição moral da mulher. [...] Criatura fraca por natureza, as principais virtudes femininas passam a ser a sensibilidade, a doçura, a passividade e a submissão. A mulher, então, deve ser posta sob a proteção do homem, empenhando-se em cuidar do lar e dos filhos. [...] O homem, ao contrário, caracterizava-se pelo vigor físico e pela força moral. Dominado pela sua virilidade, o homem amava menos que a mulher e seu interesse estava voltado para o gozo puramente sensual. O homem era mais seco, racional, autoritário e duro.⁴¹

Já no discurso jurídico, mais especificamente nos processos criminais, o autor constatou que:

O modelo ideal de mulher que aparece nos autos é o de mãe, ser dócil e submisso cujo principal índice de moralidade é sua fidelidade e dedicação ao marido. O homem se define principalmente pela sua dedicação ao trabalho, pois sua obrigação fundamental é prover a subsistência da família. Daí emerge, por conseguinte, uma imagem bastante assimétrica de relação homem-mulher, com o homem exercendo a dominação completa sobre a mulher submissa.⁴²

Este tipo de representação também circulava na imprensa porto-alegrense do período. Elisabete Leal analisou uma série de artigos publicados entre os anos de 1891 e 1913 no jornal *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que tinham como tema direta ou indiretamente a mulher. Através desses artigos, Leal buscou compreender a percepção masculina da figura feminina, constatando que os papéis atribuídos às mulheres estavam atrelados à premissa positivista que enxergava a família como instituição fundamental da sociedade, responsável pela regeneração humana e social. Era no seio da família que se educariam os futuros cidadãos e trabalhadores disciplinados, daí a importância da mulher para a educação dos filhos e o melhoramento moral do marido⁴³.

O predomínio de anúncios de emprego para mulheres justamente destinados às aquelas ocupações vinculadas aos serviços domésticos e ao cuidado das crianças (e aqui poder-se-ia incluir as professoras e parteiras) mostram que a sua inserção no mercado de trabalho urbano se deu maciçamente (mas não exclusivamente) como uma extensão dos afazeres realizados no lar. Conforme demonstrou Aravanis, mesmo no mercado de trabalho fabril havia uma divisão sexual bastante delimitada que reforçava funções tidas como “naturais” para as mulheres e para

⁴¹ CHALHOUB, Sindey. *Op. Cit.* p.178

⁴² Idem, p.180.

⁴³ LEAL, Elizabeth. Mulher e família na virada do século: o discurso d'A Federação. In: HAGEN, Acácia; MOREIRA, Paulo Staudt (orgs.) *Sobre a rua e outros lugares: reinventando Porto Alegre*. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal, 1995. p.19-50.

os homens: “o trabalho feminino era entendido como compatível às tarefas que exigiam dedos delicados e ágeis, certa paciência, lida com alimentos e fios e agulhas, e que não necessitavam, obrigatoriamente, da força muscular”, daí a inserção das mulheres na indústria têxtil e de alimentos; enquanto que para o trabalho masculino, “os músculos, o ‘perigo’ (locais com a presença do ferro e do fogo) e o trabalho ‘pesado’ (trabalho com madeira, com a pedra etc.) eram o mote.”⁴⁴ As diferenças também se manifestavam nos salários. Na indústria têxtil, por exemplo, onde eram empregados tanto homens quanto mulheres, Aravanis constatou a tendência de o trabalho feminino ser pior remunerado. No caso dos serviços domésticos, não foi possível estabelecer esse tipo de comparação, dado que somente quatro anúncios explicitaram valores de ordenados, e todos eles eram para mulheres.

Os anúncios de emprego destinados aos meninos, meninas e jovens, entre 10 e 18 anos são outra pista interessante para pensar a construção dos papéis de gênero através do trabalho. Enquanto para as meninas as ofertas de emprego eram exclusivamente destinadas ao cuidado de crianças, serviços leves e limpeza da casa; para os meninos, embora também se tenha encontrado anúncios solicitando rapazes para serviços internos, grande parte dos empregos destinava-se a atividades relacionadas ao comércio: rapazes para mandaletes, aprendizes, caixeiros para secos e molhados, etc⁴⁵. De maneira geral, pode-se dizer, portanto, que o mercado de trabalho reproduzia as concepções de gênero das elites veiculados pelos discursos médico, jurídico e pelos grandes jornais, delimitando espaços e funções tidas como “compatíveis” à suposta “natureza” da mulher-mãe-esposa.

Obviamente, às mulheres das camadas populares, destituídas dos meios de subsistência e diante de situações de precariedade, não era possível permanecer “resguardadas” no lar, pois a necessidade de trabalhar fora, prestando serviços em troca de um ordenado ou retribuição de outra natureza para o seu sustento ou complemento da renda familiar, implicava circular pelas ruas da cidade fossem elas lavadeiras, cozinheiras ou criadas. Esta circulação possibilitava, por exemplo, o estabelecimento de laços afetivos e de solidariedade com outras trabalhadoras e populares. Isso traz à discussão as diferenças de classe nas vivência de gênero, pois, se a inserção das mulheres nos serviços domésticos representava, por um lado, uma contiguidade com os afazeres do lar – reproduzindo as diferenças do “masculino” e do “feminino” propaladas nos discursos dominantes –, por outro lado, possibilitava às trabalhadoras experiências distintas

⁴⁴ ARAVANIS, Evangelia. A industrialização do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República: a organização da produção e as condições de trabalho (1889-1920). *Revista Mundos do Trabalho*, vol.2, n.3, janeiro-julho de 2010. p.162

⁴⁵ Por ultrapassarem o âmbito doméstico, não foram quantificadas esse tipo de ofertas de emprego para meninos, o que impede precisar melhor a distinção entre os sexos e avançar nesta questão.

das mulheres da elite, especialmente em virtude de sua participação no sustento do lar, da mobilidade relativa exigida pelo trabalho e da circulação pelos espaços urbanos. Assim, cabe perguntar como a inserção da mulher no mercado de trabalho livre impactou nas relações de poder entre homens e mulheres?

Esta questão não é nova e foi proposta pela historiografia atrelada a problemáticas mais amplas sobre a formação de culturas de classe, a circularidade (ou não) entre os valores e normas das classes dominantes e classes subalternas, especialmente no que se refere às relações afetivas e às identidades de gênero. Wissenbach⁴⁶, por exemplo, buscando reconstruir as experiências cotidianas de escravos e libertos em São Paulo na segunda metade do século XIX, através de processos criminais, encontrou uma série de indícios de conflitos entre libertos e libertas, a partir dos quais indagou como as experiências do cativo impactaram nas relações afetivas e arranjos familiares dos forros e no modo como entendiam seus papéis nos relacionamentos. A autora identificou que os homens, quando livres, tendiam a reivindicar para si o papel socialmente dominante de provedor do lar, exigindo como contrapartida das mulheres a fidelidade ao marido, o cuidado da casa e a reclusão ao espaço privado. No entanto, as mulheres negras muitas vezes mostraram-se indispostas a tolerar as tentativas dos maridos de restringir sua mobilidade, e buscaram garantir seus espaços de autonomia e trabalho, bem como a organização dos laços sociais e de sobrevivência. Por trás dos pequenos atos de rebeldia e insubmissão de mulheres forras ante os amásios e maridos, concluiu a autora, estava a experiência pregressa do cativo, pois após conquistarem a liberdade, as mulheres negras identificavam na tentativa de dominação masculina um novo algoz. Um dos elementos fundamentais que condicionava e produzia esses tensionamentos era a inserção das libertas no mercado de trabalho doméstico, pois proporcionava que elas tivessem um papel importante no sustento do lar, complementando a renda do marido ou até provendo-o totalmente, o que acabava por inverter os papéis de gênero dominantes.

Chalhoub encontrou evidências muito semelhantes para as classes trabalhadoras no Rio de Janeiro do início do século XX. A partir da análise de processos criminais, o autor constatou que:

Apesar de estas tarefas [serviços domésticos] serem em geral mal remuneradas, a documentação coligida mostra claramente que: primeiro, muitas mulheres conseguiam sobreviver exclusivamente daquilo que conseguiam obter com seu trabalho; segundo, o ato de desempenhar atividades remuneradas, mesmo que intermitentes em muitos casos, era parte da experiência real de vida dessas mulheres. [...] essa possibilidade de arrumar

⁴⁶ WISSENBACH, Maria Cristina. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. p.143-149

trabalho com alguma facilidade colocava a mulher pobre em posição de relativa independência em relação a seu homem⁴⁷

Segundo o autor, o trabalho remunerado podia colocar as mulheres pobres “em condições de poder recusar uma relação que já esgotou suas possibilidades afetivas” e “ter uma participação ativa no desenrolar de toda uma relação amorosa, não se submetendo passivamente aos anseios de dominação do homem.”⁴⁸ Encontramos nos jornais indícios que vão nesse sentido como, por exemplo, a “Tentativa de Homicídio” noticiada pelo *Correio do Povo* no dia 07 de dezembro de 1906:

José Francisco Sicconi, um jardineiro italiano de 25 annos, mais ou menos, de phisionomia sympathica, contratára, há tempo, casamento com uma rapariga, polaca, de nome Aïda Junker. José empregára-se há 9 dias, como jardineiro da chacara do coronel Frederico Linck, fronteira á praça Julio de Castilhos. Aïda, ha quatro annos, residia com a familia do sr. Germano Glotz, como criada de servir, á rua S. Rafael n.59. Há 3 semanas, Aïda desmanchára casamento, com José. Este, então, passou a perseguil-a, convidando-a para amancebar se com ele, ao que ella sempre opunha formal resistência. Hontem, tiveram desfecho horrivel essas scenas intimas. Ás 8 horas da noite, Aïda vinha pela rua S. Rafael, em direção á casa de seus patrões, quando se encontrou com seu ex noivo, o qual, na fórmula de costume, reitera-lhe o indecoroso convite. A moça insistiu na recusa e José, como resposta, faz relampear a lamina de larga e afiada faca.

Em vista disso, Aïda dispara em direcção á casa. Ali, encontra a porta da rua fechada, á qual bate desesperadamente. Uma joven, filha do sr. Germano, corre a abrir a porta, o que consegue mesmo na ocasião em que José se aproxima de sua ex-noiva, de faca em punho. Deu-se, então, uma scena rápida e terrível, chegando a referida joven a ver brilhar a faca e, em seguida, ouviu os gemidos lancinantes de Aïda, que, com ambas as mãos sobre a fossa illiaca direita, segurava as tripas que saiam por um largo ferimento que lhe fizera o allucinado italiano. Immediatamente, trilharam os apitos e os pedidos de socorro, aos quaes acudiram inspetores e agentes do 1º posto, que se puzeram logo em procura do criminoso, que dessapparecera. Emquanto isso, era a moça ferida remetida á Santa Casa. Nesse estabelecimento foi ella socorrida pelos drs. José Steidle e Woufgang Schultz, que lhe fizeram cuidadosos curativos.⁴⁹

Não há como saber exatamente o motivo que levou a criada Aïda Junker a romper o relacionamento com José, mas é importante destacar que o fato de que estar empregada garantiu a ela certa independência, possibilitando romper o relacionamento. É interessante notar que Aïda dispunha de certa estabilidade, afinal estava empregada há quatro anos (algo não tão comum para as criadas, conforme veremos no próximo capítulo), ao passo que o marido havia arranjado emprego como jardineiro há apenas nove dias. Não fica claro se eles chegaram a morar juntos, ou se durante os quatro anos Aïda permaneceu na casa do patrão. No caso de eles terem morado juntos, pode-se especular que Aïda tenha sido a provedora do lar durante algum tempo; ou, então, antes mesmo de efetivar o casamento, tenha vislumbrado um futuro não muito

⁴⁷ CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.* p.203-204.

⁴⁸ Idem p.210-211.

⁴⁹ *Correio do Povo*, 07/12/1906.

promissor para a relação, tendo em vista a falta de condições de José em prover o sustento, afinal, conforme Maciel Silva, “as mulheres populares, em geral, eram mais autônomas perante os amálios do que muitas mulheres das camadas socialmente dominantes perante seus maridos [o que] não significa [necessariamente] que elas não acreditassem nos papéis diferenciados de gênero”⁵⁰. Ao que parece, a violência de José surge neste caso mais como demonstração de impotência, de incapacidade de exercer o domínio sobre a mulher – tal qual o modelo de relacionamento das classes dominantes – do que de força, conforme a interpretação de Chalhoub para os conflitos entre homens e mulheres pobres no Rio de Janeiro.⁵¹

Se as experiências das mulheres na virada do século XIX podiam assumir contornos distintos conforme a classe social, não menos diversas podiam ser as possibilidades entre as mulheres pobres – pretas, brancas, nacionais, estrangeiras – no mercado de trabalho doméstico, especialmente tendo em vista a proximidade do passado escravista e a presença de suas marcas físicas e simbólicas, conforme analisaremos a seguir.

1.2. Cor e nacionalidade nos anúncios de emprego

Ao longo do século XIX (especialmente nas décadas finais), diversos autores tentaram explicar e propor soluções para promover o “progresso” do Brasil e o seu ingresso no rol das “nações civilizadas”⁵². Para que isso ocorresse, era necessário enfrentar algumas questões cruciais como o fim da escravidão, o que fazer com os negros libertos e como construir um povo homogêneo, o que era tido como condição para a formação da “nação”. No plano internacional, as formulações raciais na Europa e Estados Unidos adquiriam foros de “cientificidade” e conteúdo biológico, naturalizando e hierarquizando as diferentes raças a partir de atributos físicos como a cor da pele, tamanho do crânio, lábios, nariz, etc. Não cabe aqui aprofundar nas transformações ao longo do tempo e nos debates a respeito das classificações raciais no final do século XIX⁵³, deve-se apenas ressaltar que

⁵⁰ SILVA, Maciel H. Carneiro. *Op. Cit.* p.282.

⁵¹ CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.* (ver especialmente o capítulo 2 “...Amando...”)

⁵² Celia Azevedo recupera os debates entre “emancipacionistas”, “imigrantistas” e “abolicionistas” ao longo do século XIX. AZEVEDO, Célia M. M. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (ver capítulo 1)

⁵³ Sobre as transformações das ideias raciais ver: HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. (especialmente os capítulos 2 e 3); ver AZEVEDO, Celia M. M. *Op. Cit.*

guardadas as diferenças de interpretação, todas elas tinham em comum o dogma de que a diversidade humana, anatômica e cultural, era produzida pela desigualdade das raças; e a partir deste dogma, produziram-se hierarquias raciais que invariavelmente localizavam os europeus civilizados no topo, os negros “bárbaros” e os índios “selvagens” se revezando na base, e todos os demais ocupando as posições intermediárias.⁵⁴

A fim de resolver os problemas de ordem prática acima enunciados, as elites letradas interpretaram e se apropriaram das teorias raciais de maneira original, conforme a realidade brasileira. A construção da imagem do negro como *biologicamente inferior*, inapto para o trabalho livre, incapaz de civilização e de exercer a liberdade sem uma tutela; se fez em contraposição à representação do europeu, branco, superior, trabalhador, fazendo com que parte crescente das elites acreditasse que o fim do cativo não seria o suficiente para o desenvolvimento do país, pois o empecilho ao progresso residia no próprio negro, considerado racialmente inferior. Com isso, a figura do imigrante europeu passava a ser vista como indispensável enquanto agente civilizador para o progresso da nação. Tais ideias informaram no final do Império e nas primeiras décadas republicanas a adoção de uma política imigrantista, que tinha como objetivos a formação de um mercado de trabalho livre atrelado ao “branqueamento” da população brasileira mediante a assimilação e miscigenação dos contingentes brancos estrangeiros com os nacionais. Os desdobramentos da chegada de imigrantes levariam, posteriormente, a redefinições e novos debates acerca do imigrante ideal, tendo em vista sua predisposição ao isolamento ou à assimilação.

O que se quer destacar é que no contexto do imediato pós-abolição, a definição e construção da nacionalidade e da cidadania brasileira passava por critérios racializados, responsáveis por hierarquizar os não-brancos como inferiores. Conforme Hebe Mattos,

a partir de uma argumentação biologizante, as teorias raciais permitiriam novamente naturalizar algumas das desigualdades sociais, as que incidiam sobre grupos considerados racialmente inferiores, justificando as restrições dos direitos civis inerentes às novas concepções de cidadania, requeridas pelo liberalismo [...].⁵⁵

Com isso, a autora chama a atenção para a dimensão política e excludente envolvida na classificação da cor dos indivíduos no pós-emancipação. A historiografia tem destacado que as tensões em torno das definições raciais estiveram no centro das disputas políticas e sociais do

⁵⁴ SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996. p.43

⁵⁵ MATTOS, Hebe. Prefácio. In.: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas. C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.30.

período, abarcando tanto as tentativas de reafirmar hierarquias e “lugares sociais” estigmatizando através da cor a condição pregressa dos negros libertos; quanto as formas de contestação dessas hierarquias e de afirmação da liberdade nos embates cotidianos, seja por meio do silenciamento da cor (“no Brasil não há brancos ou negros, há brasileiros”), ou, ao contrário, da construção e fortalecimento de identidades baseada na cor dos indivíduos com o objetivo de reivindicar coletivamente direitos e contestar práticas preconceituosas e discriminatórias.⁵⁶

Partindo dessas considerações iniciais, o objetivo deste capítulo é analisar a menção à “cor” e “nacionalidade” nos anúncios de emprego doméstico e as suas possíveis implicações para as trabalhadoras negras na sociedade pós-abolição.

Tabela 4 - Distribuição dos anúncios de oferta de emprego por cor		
Cor	Total	Porcentagem
Branca	12	3,5%
De cor	2	0,6%
Indiferente	6	1,7%
Não Menciona	326	94,2%
	346	100%

Fonte: Núcleo de Pesquisa em História/UFRGS – *jornal Correio do Povo (microfilme)*

A Tabela 4 apresenta os anúncios que discriminavam preferência por cor. Dos 346 anúncios coletados, somente 12 (3,5%) estabeleciam explicitamente preferência por empregadas brancas:

Precisa-se de uma criada que seja boa cozinheira, e que durma em casa dos patrões e que sendo possível, dê abono de sua conducta. Prefere-se branca. Rua do Gazometro, 157.⁵⁷

Precisa-se de uma criada, para todo serviço, de um casal com um filho. Quer-se branca, de conduta afiançada e que durma e casa dos patrões, rua Clara n.60.⁵⁸

Em termos de distribuição desses anúncios conforme o ano – Tabela 5 –, não encontramos nenhuma referência à cor em 1896; em 1898, houve um anúncio com preferência por criada “branca” e outra preferência por ama de leite “de cor”; em 1906, constaram 5 anúncios para criadas preferencialmente “brancas” e um anúncio requerendo criada para cuidar

⁵⁶ Ver MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. (especialmente a Quarta Parte e a Conclusão); XAVIER, Regina C. L. Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição. In: FORTES, Alexandre et al. *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p.103-131.

⁵⁷ *Correio do Povo*, 14/11/1906.

⁵⁸ *Correio do Povo*, 04/03/1906.

de criança preferencialmente “de cor”; por fim, em 1908, foram encontrados 6 anúncios estabelecendo preferência por criadas.

Tabela 5 - Distribuição dos anúncios de oferta de emprego por cor e ano				
Ano	Branca	De cor	Indiferente	Total
1896	-	-	1	1
1898	1	1	2	4
1906	5	1	2	8
1908	6	-	1	7
Total	12	2	6	20

Fonte: Núcleo de Pesquisa em História/UFRGS – *jornal Correio do Povo (microfilme)*

A pequena quantidade de anúncios, impossibilita uma melhor consideração a respeito de variações temporais quanto à preferência por cor. Soma-se a essa dificuldade o fato de que, entre os anos consultados, o próprio jornal parece ter se consolidado, ampliado seu público leitor e, conseqüentemente, o número de anúncios, tornando difícil mensurar um aumento ou decréscimo nas preferências por criadas “brancas” ou “de cor”.

Todos os anúncios que discriminavam cor eram de empregos para mulheres, sendo grande parte deles (com exceção de um anúncio solicitando cozinheira) relacionados a serviços internos como criadas e ao cuidado de crianças como ama de leite e ama seca. Os seis anúncios que mostravam indiferença à cor suscitam algumas questões. No dia 16 de junho de 1896, era anunciado: *Precisa-se de uma rapariga branca ou de côr, para cuidar de uma creança. Paga-se bem.*⁵⁹ Mais de dez anos depois, no dia 20 de setembro de 1906, passava a circular: *Precisa-se de uma criada branca ou de côr, para serviço de uma familia pequena. Prefere-se que durma em casa dos patrões. Rua da Alegria n.24.*⁶⁰

Se normalmente tanto fizesse para os patrões a cor das criadas, por que aqueles anúncios enfatizariam “pessoa branca ou de cor”? Uma leitura à contrapelo desses casos parece insinuar que a cor dos indivíduos normalmente era sim um atributo a ser considerado na contratação das trabalhadoras domésticas, o que faz questionar o provável subregistro por detrás da grande maioria dos anúncios que não mencionaram cor, implicando em subestimar as diferentes possibilidades que podiam se colocar para mulheres brancas e não-brancas na hora de arrumar um emprego doméstico. Apenas para termos de reflexão, se excetuássemos todos aqueles anúncios que não mencionaram preferência por cor, teríamos uma proporção de 60% de preferência por brancas, 10% de preferência por mulheres “de cor” e 30% de indiferença à cor

⁵⁹ *Correio do Povo*, 16/06/1896.

⁶⁰ *Correio do Povo*, 20/09/1906.

da pele. Nenhum dos anúncios que mencionaram cor também indicaram salário; aliás, conforme veremos no capítulo seguinte, poucas foram as menções a salários. Deste modo, não foi possível examinar possíveis diferenças de ordenado entre mulheres brancas e não-brancas.

Dentre os 33 casos coletados em que as próprias empregadas ofereciam seus serviços, em 9 deles era referida de maneira explícita ou indireta a nacionalidade dos indivíduos. Vejamos alguns exemplos.

Ama de leite. Na rua da Floresta n.158 encontra-se uma senhora italiana que recebe uma criança para amamentar, porém em sua própria casa.⁶¹ (Grifo meu)

Quem precisar dos serviços de um casal hespanhol, o homem trabalhador e a mulher lavadeira, queira procural-os á rua Marechal Floriano Peixoto, n.146.⁶² (Grifo meu)

Ama de leite. Á rua Itália n.3 encontra-se para alugar uma ama, com leite abundante e recem chegada das colonias.⁶³ (Grifo meu)

Ama de leite. Na rua Santo Antonio n.79 há uma que deseja dar de mamar quatro vezes por dia, indo na casa, tendo abundante e bom leite. É estrangeira e tem uma filhinha de 3 mezes.⁶⁴ (Grifo meu)

Cosinheiro. Offerece-se um bom cosinheiro brasileiro, vindo de fóra e dando attestado de boa conducta. Trata-se á rua Matto Grosso n.5, proximo á da Azenha.⁶⁵ (Grifo meu)

Como se pode ver, com exceção do anúncio do “cozinheiro brasileiro” (ao que parece proveniente de outro estado), as trabalhadoras procuravam enfatizar sua nacionalidade nos anúncios – “senhora italiana”, “casal espanhol”, “ama de leite recém chegada das colônias”, “ama de leite estrangeira”. Isto indica que o fato de serem estrangeiras poderia conferir alguma vantagem na hora de arranjar emprego doméstico, caso contrário esta informação não seria destacada. Como visto anteriormente, no imediato pós-abolição, a figura do imigrante europeu, de maneira geral, era valorizada pelas elites republicanas pela sua suposta superioridade racial, qualidade moral e laboral. Isto talvez ajude a explicar o porquê da menção à nacionalidade e a preferência por “brancas” nos anúncios.

Estas evidências suscitam refletir a respeito da “cor da pele” enquanto elemento definidor de como as pessoas eram representadas e se auto-representavam no pós-abolição. Não foram encontrados anúncios, por exemplo, em que as trabalhadoras se identificassem como negras. A que se deveu este “silenciamento da cor”?

⁶¹ *Correio do Povo*, 05/03/1898.

⁶² *Correio do Povo*, 01/06/1898.

⁶³ *Correio do Povo*, 27/11/1906.

⁶⁴ *Correio do Povo*, 02/12/1908.

⁶⁵ *Correio do Povo*, 24/11/1908.

Uma das dificuldades frequentemente apontadas para o estudo das trajetórias dos negros no imediato pós-abolição é a ausência da menção à cor dos indivíduos nas fontes, especialmente as de cunho oficial⁶⁶. No entanto, conforme observou Hebe Matos, se nos documentos oficiais havia um processo e uma tendência de silenciamento da cor dos indivíduos, que remonta à segunda metade do século XIX, este sumiço não foi completo e unívoco. Nos registros de nascimento e óbito, por exemplo, os termos “preto”, “negro” e “pardo” permaneciam como referência ao cativo, mesmo após a abolição; nos jornais, esses termos eram empregados como forma de desqualificar os indivíduos. A constatação de que no cotidiano a marca do cativo permanecia inscrita na cor dos indivíduos permitiu a autora compreender o significado de algumas experiências de libertos que “negaram-se” enquanto negros. Ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, ou seja, a generalização de uma ideologia do branqueamento, a autora concluiu que essa negação tinha um significado político: não se deu por uma valorização do branco, mas como uma forma (não única, é verdade) de luta pela igualdade e cidadania⁶⁷. Isso porque enquanto permanecessem “pretos”, os ex-escravos e seus descendentes continuariam associados à sua condição pregressa e, conseqüentemente, à condição de não-cidadãos ou “quase-cidadãos”. Essa reflexão é pertinente para pensar o porquê de não termos encontrado anúncios em que as trabalhadoras se identificassem como negras/brasileiras. Levando em conta este contexto em que o negro era considerado inferior pelas elites; identificado como suspeito e alvo preferencial da ação policial sob pretexto de repressão à vadiagem; e, ainda, no qual os arranjos de trabalhos domésticos sugeriam continuidades concretas e simbólicas com as práticas escravistas (conforme veremos mais detidamente nos próximos capítulos), pode-se conjecturar que a não menção da cor tenha significado a tentativa das trabalhadoras domésticas de desvincular o seu trabalho e a si próprias da escravidão.

Voltando aos anúncios, também nas ofertas de emprego encontramos indicações de preferência ou exigência por “estrangeiras”, “alemãs”, “italianas” – ver tabela 6. Juntamente com as ofertas de mão-de-obra vistas anteriormente – tabela 5 – nas quais as trabalhadoras enfatizaram sua origem estrangeira, esses anúncios abrem caminho para considerar um outro elemento quanto às possibilidades diferenciais de inserção das mulheres no mercado de trabalho doméstico em Porto Alegre: a presença estrangeira na cidade e as identidades étnicas.

⁶⁶ RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Mattos. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

⁶⁷ Ver MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio... Op. Cit.* (Conclusão)

Tabela 6 – Ofertas de emprego por nacionalidade		
Nacionalidade	Total	Porcentagem
Alemã	5	1,4%
Italiana	1	0,3%
Alemã ou italiana	2	0,6%
Estrangeira	14	4%
Não menciona	324	93,6%
	346	100%

Fonte: Núcleo de Pesquisa em História/UFRGS – *jornal Correio do Povo (microfilme)*

A historiografia aponta que houve, na virada do século XIX, uma certa tendência dos patrões imigrantes privilegiarem a contratação de seus conterrâneos em detrimento dos trabalhadores nacionais, especialmente os “de cor”, informados por pressupostos raciais e/ou pelos laços étnicos⁶⁸. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, na primeira década do século XX, Chalhoub identificou que os portugueses dominavam as atividades comerciais e de prestação de serviços, restringindo as possibilidades de emprego para os nacionais e implicando no acirramento dos conflitos entre lusos e brasileiros diante da exposição dos trabalhadores à intensa competição na luta diária pela sobrevivência⁶⁹.

Em Porto Alegre, a presença de imigrantes provenientes da Alemanha e da Itália, e em menor número de outras partes da Europa foi marcante. Segundo a estimativa de Bak, nos anos de 1890, “em torno de 6 mil italianos eram responsáveis por, aproximadamente, 10% da população de Porto Alegre, entre eles, sapateiros e alfaiates, carpinteiros e fabricantes de móveis, funileiros e ferreiros, açougueiros e padeiros, carroceiros, pedreiros e trabalhadores da construção”⁷⁰. Quanto aos alemães, Magda Gans encontrou uma presença significativa na cidade na segunda metade do século XIX: uma amostragem populacional de 2093 teutos entre os anos de 1850 e 1890, grande parte vinda diretamente da Europa, seguida por um contingente migrante das colônias. Os imigrantes e seus descendentes compunham diferentes segmentos sociais, predominando setores médios (artesãos dos mais variados ofícios, técnicos, prestadores de serviços, pequenos e médios comerciantes) e setores mais abastados (grandes comerciantes e industriais – estes últimos especialmente a partir da década de 1880 e 1890). Entre os trabalhadores pobres, Gans chamou atenção para a presença de anúncios de alemães se oferecendo para os serviços domésticos, competindo por postos de trabalho onde até então eram empregados somente escravos ou libertos.⁷¹ Os imigrantes não apenas competiram com

⁶⁸BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906, em Porto Alegre. *Métis: história & cultura*, v. 2. n. 4. p. 181-224. jul./dez.2003. p. 200; MONSMA, Karl. Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista. *Dados*, v. 53, p. 509-543, 2010. p.521

⁶⁹ CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.* p.112-113

⁷⁰ BAK, Joan. *Op. Cit.* p.197

⁷¹ GANS, Magda. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1888)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004. p.97.

escravos e libertos em alguns postos de trabalho – nos serviços domésticos e diversos ofícios, por exemplo – como também, em parte, tornaram-se proprietários de cativos, compartilhando com os demais brasileiros práticas escravagistas.

A heterogeneidade social dos estrangeiros, portanto, colocava-os potencialmente tanto na condição de empregadores quanto de empregados. Conforme salientou Bak, muitos dos proprietários das oficinas e fábricas em Porto Alegre no início do século XX eram imigrantes alemães ou seus descendentes, junto com alguns poucos italianos e como em outras partes do Brasil preferiam contratar trabalhadores de origem estrangeira⁷². Deste modo, é provável que esta prática se repetisse na contratação de trabalhadores e trabalhadoras para os serviços domésticos conforme indicaram os anúncios coletados.

Somando os anúncios que se mostravam favoráveis à contratação de trabalhadoras brancas (12) e estrangeiras (22) em detrimento das trabalhadoras afro-brasileiras, tem-se aproximadamente 10% dos anúncios totais. Ainda que não seja um percentual tão expressivo, esse dado é significativo quando considerado dentro da discussão historiográfica mais ampla a respeito da inserção/exclusão dos negros na sociedade pós-emancipação, pois permite matizar que mesmo dentre as ocupações mais precárias como os serviços domésticos, as trabalhadoras negras tiveram que enfrentar a competição de imigrantes europeias, implicando uma dupla desvantagem: o preconceito racial compartilhado pelas elites e o fato de parte dos empregadores serem estrangeiros, preferindo os seus semelhantes.

⁷² BAK, Joan. *Op. Cit.* p.199-200.

Capítulo 2

Discutimos até aqui a face eminentemente feminina do mercado de trabalho doméstico no pós-abolição, que expressava e reproduzia as diferenças de gênero formuladas no âmbito dos discursos médico, jurídico, político, mas que, ao mesmo tempo, possibilitava às mulheres das classes populares tensionar nas práticas cotidianas o modelo dominante das relações de gênero, adquirindo suas experiências de “ser mulher” contornos distintos das mulheres da elite. Vimos também que, em um contexto racializado e marcado por clivagens étnicas, as possibilidades de inserção das mulheres nos empregos domésticos poderiam ser distintas em função da cor da pele e da nacionalidade. Os objetivos deste capítulo são: 1) analisar mais detidamente os arranjos de trabalho doméstico em função da idade, da remuneração, das condições e expectativas de empregadores e empregadas, buscando evidenciar ambiguidades e continuidades para além da dicotomia trabalho escravo/trabalho livre; 2) examinar os indícios de embates entre patrões e empregadas e as possibilidades de negociação como alternativa para as empregadas diante das situações de precariedade.

2.1. Arranjos de trabalho doméstico sob domínio da precariedade: trabalho infantil, remuneração e retribuição, mobilidade e rotatividade nos empregos

Ao longo do século XIX, principalmente na segunda metade, foi levado a cabo no Brasil um processo de emancipação gradual da escravidão, marcado por disputas multifacetadas e pelo envolvimento e interações de diversos atores sociais: a pressão internacional, os abolicionistas, os parlamentares, as irmandades religiosas, os proprietários de escravos e os próprios cativos e libertos. No campo legislativo, a Lei Eusébio de Queiroz, em 1850; a Lei Rio Branco, em 1871; e a Lei Saraiva-Cotegipe, 1885, não só estabeleceram a extinção do tráfico transatlântico (ratificando as disposições de 1831), a liberdade de ventre e a alforria para os escravos idosos, respectivamente, como também inscreveram novas possibilidades para os escravos buscarem a liberdade através de ações na Justiça⁷³. A Lei do Ventre Livre, por exemplo, constituiu um ponto de inflexão importante em termos de alteração nas relações escravistas e nas experiências de escravidão e liberdade, primeiramente, por prever a intervenção do Estado nas relações entre senhor e escravo, que eram pautadas pelo arbítrio privado dos senhores; segundo, por criar a

⁷³ Ver XAVIER, Regina. C. L. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1996; MENDONÇA, Joseli N. *Cenas da Abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

figura ambígua do “ingênuo”, nascido livre, porém sob a tutela do senhor até completar vinte e um anos; terceiro, por ratificar juridicamente o direito costumeiro do escravo acumular pecúlio para comprar sua alforria, abrindo espaço importante para a conquista da liberdade; por último, estabelecendo o direito do escravo contratar os seus serviços com terceiros a fim de pagar o restante do pecúlio e comprar sua alforria. Conforme ponderou Regina Xavier:

A justiça constituía um caminho difícil, pois exigia que o escravo pudesse contar com a ajuda de um solicitador, de um curador, e compreender debates jurídicos que muitas vezes podiam ser difíceis de acompanhar, sobretudo considerando-se que a maioria dos libertandos era analfabeta. Também dependia da lisura de alguns senhores chamados para arbitrar o valor dos escravos no mercado, e de como o juiz interpretaria a lei. Muitas pedras havia no meio do caminho, mas esta era uma possibilidade concreta de se livrar do cativeiro. Apesar de todos os trâmites e empecilhos jurídicos, não se pode concluir que os libertandos se apresentassem totalmente despreparados diante dos juízes. Ao ler estas ações qualquer um pode se surpreender com a atitude de alguns, aparentemente tão conscientes de seus direitos, tão convictos em seus propósitos. Eles certamente tinham suas maneiras de enfrentar as malhas da lei. Podiam criar uma situação, como nos casos de escravos que fugiam para em seguida se apresentarem à justiça. Podiam usar a ação judicial como forma de pressionar seus senhores, que muitas vezes terminavam optando por um acordo ou cedendo a carta de alforria.⁷⁴

As ações dos cativos na justiça em busca da liberdade e a mobilização de laços familiares e de redes de solidariedade compostas por outros cativos e libertos para a compra da alforria, assim, somaram-se às resistências cotidianas, às fugas, revoltas, negociações, sendo decisivas para minar as bases do escravismo e provocar a erosão da autoridade pessoal dos senhores frente aos subalternos. À medida que se aproximava o fim do cativeiro crescia o temor das elites com a possibilidade da perda de controle sobre os trabalhadores até então dependentes. O perigo da desordem habitava as mentes dos senhores e patrões, especialmente por ver o liberto – fosse por determinação racial, fosse pela condição pregressa do cativeiro – como despreparado para a liberdade, como alguém que preferiria a vadiagem ao trabalho. Conforme assinalou Maciel Silva:

O medo dos setores sociais tradicionais do período de uma instabilidade doméstica era mais um pânico pela possibilidade de perda efetiva do controle sobre seus subordinados do que a ausência efetiva de trabalhadores domésticos, mulheres e homens, para lhes servir. A percepção de que sua ambígua proteção não era mais vista como algo que funcionava, no mesmo nível de antes, para prender dependentes, assustava.⁷⁵

No bojo dessas preocupações, na década de 1880, foram discutidos em todo o Brasil, no âmbito das Câmaras Municipais, projetos para regulamentar os serviços dos criados de servir⁷⁶.

⁷⁴ XAVIER, Regina. *A conquista da Liberdade... Op. Cit.* p.50.

⁷⁵ SILVA, Maciel. *Op. Cit.* p.87.

⁷⁶ Essa documentação foi bastante estudada para várias localidades e as considerações que faço a respeito do seu sentido geral são baseadas nas interpretações nos estudos de GRAHAM, Sandra. *Op. Cit.*; MOREIRA, Paulo. *Entre o Deboche e a Rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre:

Em Porto Alegre não foi diferente. No dia 04 de janeiro de 1888 (portanto, antes da Lei Áurea), foi aprovado o regulamento, que passou a integrar as Posturas Municipais, sendo composto por onze artigos e seguindo o modelo da cidade de Pelotas, de 1887, que fora o primeiro no Rio Grande do Sul⁷⁷. A partir de 06 de abril de 1888, a Câmara Municipal de Porto Alegre começou a distribuir as cadernetas aos criados. “Entretanto, os esforços das elites pela regulamentação desta área do mercado de trabalho urbano ainda iriam estender-se por muito tempo. Segundo a Câmara Municipal comunicou ao Presidente da Província dois meses após, 1.500 cadernetas já haviam sido distribuídas”⁷⁸, o que era estimado como a quarta parte da “criadagem” da capital.

As disposições do regulamento definiam como criados todos os indivíduos de condição livre de ambos os sexos que mediante salário mensal, tomassem emprego de cocheiro, copeiro, cozinheiro, criado de serviço, ama de leite, e ama seca. Haveria na Secretaria da Câmara Municipal dois livros: um para registrar a inscrição dos criados, onde seriam anotados seus nomes, cidade, naturalidade, filiação e ocupação; e outro para registrar os contratos, notas e observações. Mediante o pagamento de 500 réis, a Câmara forneceria uma caderneta para os criados, onde constaria uma cópia das posturas e seriam anotados os contratos com os nomes dos contratantes e suas residências e, ainda, nos casos de demissões, os motivos seriam inscritos pelos patrões, funcionando na prática como forma de atestar boa conduta. A admissão e demissão de criados sem prestar contas na Câmara Municipal era passível de multas, assim como a perda ou falsificação das cadernetas por parte dos trabalhadores⁷⁹. Havia ainda disposições a respeito das demissões:

Artº 5º - Nenhum contractador poderá despedir os contractados compreendidos no artigo 1º sem prévio aviso com antecipação de 10 dias, salvo justos motivos, como enfermidades, embriagues, falta de respeito ou aceio e negligencia; de que dentro em 24 horas dará conhecimento á Secretaria da Camara municipal, para fazer-se a devida observação no livro de registro. Pena de 5.000 réis a 10.000 réis nas reincidencias.

Artº 6º - Nenhum contractado compreendido no artº 1º poderá retirar-se da casa de seu contractado sem prévio aviso com antecipação de tres dias; salvo enfermidade ou mau trato, o que deverá provar, sem o que perderá os dias que tiver de trabalho. Penas de 5.000 réis a 10.000 nas reincidencias e 8 dias de prisão.⁸⁰

Armazém Digital, 2009. (capítulo 3); TELLES, Lorena. *Op. Cit.*; SILVA, Maciel H. Carneiro. *Op. Cit.*; COSTA, Ana Paula Amaral. *Op. Cit.*

⁷⁷ BAKOS, Margareth. Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento estado e sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889). *Revista Brasileira de História*, v. 4, n. 7, p. 94-104, 1984. p.97.

⁷⁸ MOREIRA, Paulo. *Op. Cit.* p.232.

⁷⁹ PORTO ALEGRE (RS). Secretaria de Cultura. *Livro de Registro das Posturas Municipaes de 1829 até 1888*. Porto Alegre: Editora da Cidade: Letra & Vida, 2013. p.110-111.

⁸⁰ PORTO ALEGRE (RS). Secretaria de Cultura. *Livro de Registro das Posturas Municipaes de 1829 até 1888*. Porto Alegre: Editora da Cidade: Letra & Vida, 2013. p.111.

É interessante notar que os artigos estabeleciam direitos não só para os empregadores, mas também para os empregados, como o aviso prévio no caso de demissão sem justa causa e a possibilidade de denunciar maus-tratos. Ainda assim, o regulamento era notadamente assimétrico. As causas de demissão por justa causa como “enfermidades”, “embriagues”, “falta de respeito ou asseio” e “negligência”, por exemplo, davam amplas margens a interpretações, o que reforçava o poder pessoal do patrão; além do mais, elas constavam em maior número do que aquelas previstas para os trabalhadores: somente “enfermidade ou mau trato”. Além disso, como assinalou Paulo Moreira, “a possibilidade de abandonar a casa de seu amo em caso de doença, [...] na verdade livrava o patrão do ônus de sustentá-lo”⁸¹, não constituindo na prática um ganho real. Outro exemplo de assimetria está nas punições: um patrão que reincidisse na demissão de um empregado sem justa causa e sem aviso prévio deveria pagar apenas a quantia irrisória de 10 mil réis, enquanto um trabalhador reincidente no abandono do emprego, além de pagar multa, seria recolhido por oito dias à prisão.

De maneira geral, pode-se dizer que os regulamentos explicitam a preocupação das autoridades estatais em mediar a relação entre patrões e criados/as em um contexto onde as formas tradicionais de dominação e controle fundamentadas no paternalismo, na dependência e autoridade pessoal estavam em parte fragilizadas⁸², e em que as expectativas e significados acerca do trabalho e da liberdade eram disputados nas práticas cotidianas⁸³. Seu objetivos, no fundo, eram evitar a mobilidade das criadas, fixando-as às casas dos patrões, e controlá-las por meio do registro e das cadernetas, protegendo os patrões e seus lares daqueles tidos como “desordeiros”, “insubmissos”, “viciosos” e do perigo do contágio de moléstias. Essa última preocupação recaía especialmente sobre as amas de leite, como se pode ver no artigo 7º, a única ocupação a ter um artigo específico:

Artº 7º - Nenhuma ama de leite poderá contractar-se sem passar por um exame medico da Camara Municipal, para cujo fim a Camara designará um dia na semana. O attestado medico será anotado no respectivo registro e lançado na caderneta; o que se repitirá de 3 em 3 mezes se ainda não estiver contractada. Pena de 10.000 a 20.000 nas reincidencias⁸⁴.

A própria multa de 10 a 20 mil réis, superior às outras multas previstas (entre 5 e 10 mil), indica, juntamente com a necessidade de comparecer ao médico a cada três meses, um

⁸¹ MOREIRA, Paulo Staudt. *Op. Cit.* p.231.

⁸² SILVA, Maciel H. Carneiro. *Op. Cit.* p.301

⁸³ MOREIRA, Paulo Staudt. *Op. Cit.* p.233

⁸⁴ PORTO ALEGRE (RS). Secretaria de Cultura. *Livro de Registro das Posturas Municipaes de 1829 até 1888*. Porto Alegre: Editora da Cidade: Letra & Vida, 2013. p.111.

maior rigor com relação a essa ocupação. Mesmo vários anos após a tentativa de regulamentação, a preocupação com a saúde e asseio aparece como requisito recorrente para a contratação de amas de leite e, por vezes, para criadas, como se pode ver nos anúncios:

Ama de Leite. Precisa-se de uma que seja sadia e com leite abundante. Prefere-se de côr. Rua Demétrio Ribeiro n.201.⁸⁵

Ama de leite. Precisa-se de uma sadia para uma creança de 14 dias, no Rio Grande, de nacionalidade italiana ou allemã. Apresentar-se a rua Santa Catarina n.39.⁸⁶

Creada. Precisa-se de uma para todo o serviço de uma casa de pequena familia e que seja asseiada. Rua Avahy n. 41.⁸⁷

Sabendo dessas expectativas por parte dos patrões, as amas de leite também ressaltavam esses atributos nos anúncios em que procuravam por trabalho: “*Quem precisar de uma sadia, asseiada e carinhosa, dirija-se à Rua do Commercio n. 17*”⁸⁸; “*Amas de Leite. Na rua Nova n. 90 encontra-se duas robustas e sadias amas de leite, para alugar.*”⁸⁹

Voltando a questão dos regulamentos, deve-se destacar que eles não foram recebidos passivamente por todos os patrões, tampouco pelas empregadas. Mais cedo ou mais tarde, caíram em desuso nas diversas cidades que o adotaram. Em Porto Alegre, embora tenham sido inicialmente aplicados, o mesmo parece ter ocorrido⁹⁰. As explicações dadas pela historiografia para o não prosseguimento dos registros e do uso das cadernetas consideram tanto a resistência de parte dos patrões, avessos à intervenção do Estado no âmbito privado da domesticidade; quanto a resistência das criadas, que viam no uso das cadernetas a limitação de sua autonomia e mobilidade. Ana Paula Costa, neste sentido, encontrou evidências bastante significativas nos periódicos de Rio Grande a respeito da organização de um comício de criados e criadas negros, em 1890, cujo objetivo era “o fim do uso das cadernetas de criados, representativas da afronta ao direito de liberdade”. Este comício coincidiu com a interrupção nos registros previstos nas posturas, reforçando a hipótese da autora de que tal interrupção tenha se dado em virtude da resistência organizada pelos trabalhadores e trabalhadoras domésticas⁹¹.

⁸⁵ *Correio do Povo*, 13/12/1898. (grifo meu)

⁸⁶ *Correio do Povo*, 18/09/1908. (grifo meu)

⁸⁷ *Correio do Povo*, 10/03/1908. (grifo meu)

⁸⁸ *Correio do Povo*, 21/03/1896.

⁸⁹ *Correio do Povo*, 04/03/1906.

⁹⁰ Essa documentação não foi localizada no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moyses Vellinho, nem no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Ao que parece ela se perdeu.

⁹¹ COSTA, Ana Paula Amaral. *Op. Cit.* Ver especialmente o Capítulo 3: “Fragmentos da Organização Operária em Rio Grande”. Uma questão interessante para ser investigada é se esta experiência organizativa das criadas negras repercutiu de alguma maneira em Porto Alegre.

Os indícios encontrados nos anúncios de emprego em Porto Alegre sugerem que a permanência das relações de trabalho doméstico sob o arbítrio privado dos patrões no contexto pós-abolição favoreceu o estabelecimento de arranjos de trabalho diversificados, que em muitos casos sugeriam contiguidades com as práticas escravistas como, por exemplo, o uso da mão de obra de menores de idade, o trabalho não-remunerado, a exigência de que as trabalhadoras dormissem na casa dos patrões e a expectativa de “fidelidade”, “obediência” dos empregados em troca de uma suposta “proteção” e “tratamento digno” por parte dos patrões. Encontramos também indicativos de uma certa mobilidade espacial, e de uma alta rotatividade das criadas nos empregos, que aponta para as condições precárias e incertas que poderiam limitar as condições de barganha das trabalhadoras frente à luta diária pela reprodução da vida. Passemos a examinar essas situações mais de perto a fim de pensar os significados da liberdade e do trabalho livre.

Dos 346 anúncios de emprego, 42 especificavam a idade requerida (12,1%). Dentre esses, 35 (83,3%) indicavam a preferência por menores de idade tanto do sexo feminino como do sexo masculino – ver tabela 7. Isso contraria a tendência encontrada por Sandra Graham para o Rio de Janeiro, e por Maciel Silva para Salvador e Recife, cuja preferência seria por contratar senhoras de meia idade⁹². Conforme Graham, “os patrões faziam distinção entre mulheres mais velhas, experientes e confiáveis, e moças mais jovens, menos capazes mas também, em última análise, mais fáceis de ensinar.”⁹³ Em contrapartida, a procura por criados e criadas mais jovens justificava-se pelo fato de que eram geralmente mais baratos, pois ao invés de um salário muitas vezes bastava fornecer-lhes roupas e comida, ensinar as meninas a costurar, e também ler e escrever⁹⁴.

Tabela 7 – Ofertas de emprego por idade		
Idade	Total	Serviço
Meninas 8 até 16 anos ⁹⁵	24	Para cuidar de criança (17) criada para serviços leves, domésticos, internos (7)
Moças 17 até 20 anos	2	Criada para serviços leves
Senhoras de meia idade ou idosas	7	Para cuidar de criança (2); Cozinheira (1); Serviços domésticos (4)
Meninos de 12 até 18	9	para serviços internos (3); rapaz para mandaletes em casa de família (1); sem especificação (5);

Fonte: Núcleo de Pesquisa em História/UFRGS – *jornal Correio do Povo (microfilme)*

⁹² GRAHAM, Sandra. *Op. Cit.* p.36; SILVA, Maciel H. Carneiro. *Op. Cit.* p.59

⁹³ GRAHAM, Sandra. *Op. Cit.* p.35

⁹⁴ Idem. p.36

⁹⁵ Inclui-se quatro anúncios que não especificavam idade, mas que requisitavam “criadinha”, no diminutivo, indicando a procura por meninas.

As meninas eram na maior parte das vezes solicitadas para cuidar de crianças, mas também para os serviços da casa. No dia 09 de junho de 1898, por exemplo, passou a circular o anúncio: *“Precisa-se de uma menina de 8 a 10 annos de idade para, para cuidar de uma criança, paga-se bem. Rua Arroio n.68.”*⁹⁶ No dia 28 de dezembro de 1906, era anunciado: *“Atenção! Precisa-se de uma menina de 11 a 12 annos de idade de bons costumes, para cuidar de uma creança, na rua Lopo Gonçalves n.43. Promette-se bom tratamento.”*⁹⁷ Chama a atenção a pouca idade requisitada em muitos casos – oito, dez, doze, quatorze anos – o que remete a pensar as fronteiras entre ser criança/adulto para a sociedade brasileira na virada do século XIX, afinal, os anúncios indicam que pressupunha-se para aquelas meninas um grau de responsabilidade tal a ponto de lhes ser destinado os cuidados dos filhos de outrem.

O emprego de mão-de-obra de menores, porém, não era uma novidade do pós-abolição. Ao contrário, conforme Maciel Silva, era uma prática antiga e que foi em certo sentido reatualizada no contexto de declínio de escravidão:

Prática costumeira em diversas cidades do Império, a tutela terminou constituindo, em tempos de declínio da escravidão, uma das formas de trabalho compulsório disfarçado sob a imagem de uma suposta proteção e educação conferidas aos órfãos, e travestido de contrato legal. [...] As experiências de domésticos tutelados, marcados por castigos físicos, submissão forçada, fugas constantes notadas pela historiografia, na segunda metade do século XIX, podem ser entendidas como um reforço de práticas patriarcais em um contexto de declínio do poder senhorial sobre escravos. Ter tutelados podia ser a solução mais cômoda para o problema doméstico, sobretudo para os que não queriam negociar contratos com mulheres livres e libertas.⁹⁸

Além disso, segundo o mesmo autor, colocar meninos e meninas desde cedo para executar atividades domésticas fazia parte de uma certa “pedagogia do trabalho” para crianças e adolescentes das camadas populares, correspondendo aos anseios das elites no fim do século XIX e início do século XX de forjar uma nova ética do trabalho, objetivando a “ordem” como condição para o “progresso” e para a “civilização”⁹⁹. Por outro ângulo, o emprego de crianças poderia advir das dificuldades de famílias pobres em sustentar os filhos, que acabavam empregando as filhas como domésticas em casas de família em troca de educação e proteção, ou mesmo como forma de complementar a renda familiar, pois a remuneração poderia ser em espécie, conforme se pode ver no caso a seguir.

No dia 13 de setembro de 1898, passou a circular o anúncio: *“Atenção. Precisa-se de uma menina de 12 a 13 annos de idade, para cuidar de uma creança. Para tratar á rua do*

⁹⁶ *Correio do Povo*, 09/06/1898.

⁹⁷ *Correio do Povo*, 28/12/1906.

⁹⁸ SILVA, Maciel H. Carneiro. *Op. Cit.* p.213.

⁹⁹ *Idem.* p.213.

*Arroio n.68; paga-se bem.*¹⁰⁰ Após sete dias, provavelmente diante da dificuldade de encontrar alguém disponível para trabalhar, acrescentou-se no anúncio a oferta de salário de 20\$000 réis. O anúncio apareceu no jornal mais duas vezes e depois saiu de circulação. Teria a família encontrado uma menina para cuidar de seu filho ou filha? É provável, como também é que a contratada não tenha ficado por muito tempo. Isso porque em novembro do mesmo ano encontramos o mesmo anúncio, porém sem mencionar salário e indicando uma idade um pouco maior: 13 a 14 anos. Pode-se supor que a família tenha empregado uma menina mais jovem, cujos serviços não agradaram e por isso tenham aumentado a idade requerida. Certo é que em poucos dias a oferta saiu do jornal, retornando dia 17 de dezembro de 1898 com as seguintes informações: "*Atenção. Precisa-se de uma menina de 13 a 14 anos de idade para cuidar de uma criança e fazer serviços de uma casa. Para tratar a Rua do Arroio n.68. Paga-se 20\$000 rs a 23\$000 rs por mês.*"¹⁰¹ Note-se que foi acrescido como afazeres os “serviços de casa”, bem como alguns mil réis. Talvez a explicitação dos serviços a serem realizados e o aumento do valor a ser pago tenha se dado após a saída de uma menina insatisfeita com o trabalho excessivo, indicando a rotatividade das trabalhadoras domésticas no emprego. É interessante sublinhar também a dificuldade dos patrões para encontrar uma ama para cuidar de criança, fazendo necessário mencionar e alterar valores de salários.

A menção à remuneração nas ofertas de emprego, no entanto, não era regra. Pelo contrário, dos 346 anúncios coletados, 289 (83,5%) não faziam qualquer menção a pagamento, ao passo que 50 (14,5%) tinham referências como “paga-se bem”; “bom ordenado”; “bom salário”; “elevado aluguel”. Dentre esses 50, somente 4 explicitavam valores de salários (entre 20 e 50 mil réis). Por fim, outros 7 anúncios (2%) apresentavam informações bastante imprecisas e sugestivas como “retribui-se” e “bom tratamento”. Vejamos alguns exemplos.

Creada. Precisa-se para casa de pequena família, que não tem crianças, de uma senhora branca, de meia idade, para serviço exclusivamente de cozinha, podendo dormir na casa dos patrões, querendo, onde terá tratamento condigno. Rua da Olaria n.51.¹⁰²

Atenção! Precisa-se de uma menina de 11 a 12 anos de idade de bons costumes, para cuidar de uma criança, na rua Lopo Gonçalves n.43. Promette-se bom tratamento.¹⁰³

Menina. Precisa-se de uma morigerada de 14 a 15 anos de idade para serviços leves de uma casa de família. Dá-se bom trato, roupa ou ordenado. É indiferente a côr e nacionalidade. Trata-se á rua Marechal Floriano n.146.¹⁰⁴

¹⁰⁰ *Correio do Povo*, 13/09/1898.

¹⁰¹ *Correio do Povo*, 17/12/1898.

¹⁰² *Correio do Povo*, 07/11/1906. (Grifo meu)

¹⁰³ *Correio do Povo*, 28/12/1906. (Grifo meu)

¹⁰⁴ *Correio do Povo*, 02/09/1898. (Grifo meu)

Nota-se que os anúncios sugerem arranjos de trabalho cujo pagamento não se daria mediante um salário, mas sim retribuições diversas como casa, roupa e comida e “bom tratamento”, cuja menção parece insinuar que o mesmo nem sempre ocorresse. O terceiro anúncio é particularmente interessante por oferecer como remuneração “bom trato”, que provavelmente incluiria a alimentação, “roupa” ou “ordenado”, dando a possibilidade da menina escolher entre receber alimentação e roupas dos patrões, ou uma remuneração em dinheiro, o que lhe possibilitaria maior autonomia para comprar suas roupas, por exemplo. É provável que outros arranjos de trabalho também oportunizassem tal escolha; no entanto, não se pode pensar que o salário seria necessariamente algo melhor. No ano de 1907, por exemplo, o jornal operário *A Democracia* trazia informações sobre o que representaria o gasto médio diário em produtos e serviços elementares à sobrevivência de uma família composta pelo casal e dois filhos. O custo de vida diário era estimado em 4 mil e 600 réis¹⁰⁵. Se dividimos esse custo de vida de quatro pessoas para duas (uma mulher e um filho, por exemplo) seriam necessários 2 mil e 300 réis diários, aproximadamente 70 mil réis mensais. Tomando como indicativo as duas ofertas mais altas de salários para criadas encontradas nos anúncios coletados, 40 e 50 mil réis, respectivamente para os anos de 1906 e 1908¹⁰⁶, vê-se que eles não corresponderiam ao mínimo necessário para a sobrevivência diária, o que dá um parâmetro das condições de pobreza e precariedade na qual se encontravam as trabalhadoras domésticas.¹⁰⁷

¹⁰⁵ *A Democracia*, 06/01/1907 apud AMORIM, Ailana. *Relações intra-classe: solidariedade e conflito na formação da classe operária no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre, UFRGS. p.65.

¹⁰⁶ *Correio do Povo*, 20/12/1906; *Correio do Povo*, 04/09/1908.

¹⁰⁷ Obviamente esse cálculo é precário, serve apenas como um parâmetro para reflexão inicial. Seria necessário investigar melhor os salários das empregadas domésticas, seus arranjos familiares, os preços dos produtos, condição de acesso à moradia e serviços básicos para se ter uma ideia mais aproximada do poder de consumo e das possibilidades de barganha das trabalhadoras domésticas, o que não seria possível no âmbito desta monografia. Para a cidade de Rio Grande, entre 1887-1893, Ana Paula Costa constatou através do Livro de Registro dos Criados na Câmara Municipal que os salários eram díspares, podiam variar entre 10 mil e 50 mil réis, ficando normalmente em torno de 10 a 19 mil réis para as criadas, e 20 a 25 mil réis para as cozinheiras. COSTA, Ana Paula Amaral. *Op. Cit.* p.72-77; Para a cidade de São Paulo, em 1886, a partir do mesmo tipo de documentação, Lorena Telles constatou diferenças salariais entre homens e mulheres nos serviços domésticos: “dentre os 495 certificados de trabalho que estabeleceram salários entre 0 e 20 mil réis, 80% eram representados pela mão de obra feminina. Encontramos também 495 salários pagos entre 21 e 40 mil réis, sendo femininos 59% dentre eles. Apenas 14% dos 50 contratados que receberam entre 41 e 60 mil réis eram mulheres. Entre 61 e 80 mil réis, elas desaparecem.” TELLES, Lorena. *Op. Cit.* p.120. Não é possível transpor automaticamente esses salários para Porto Alegre, especialmente por referirem-se a décadas anteriores. Por outro lado, alguns indicativos se aproximam daquilo que parece ser consenso na bibliografia consultada: que as amas de leite eram as trabalhadoras domésticas melhor remuneradas. Dos 33 anúncios de procura por emprego coletados para esta monografia, 15 deles (45%), ou seja, quase a metade eram de amas de leite, o que indica que elas tinham melhores condições de pagar por um anúncio nos jornais. As lavadeiras e engomadeiras, quando trabalhavam autonomamente por encomenda, também poderiam receber remunerações mais altas, pois este arranjo de trabalho possibilitava que trabalhassem para mais de um patrão e fossem remuneradas por peças. Neste sentido, encontramos o seguinte anúncio: “Na rua Nova n.47 lava-se e engomma-se cortinas com perfeição a 5\$000 ao par, systema europeu”. *Correio do Povo*, 30/03/1906.

Outros elementos encontrados em dezenas de anúncios foram os requisitos de que as empregadas dormissem em casa dos patrões ou que tinham como expectativa que elas mantivessem “boa conduta”, “bom comportamento”, “fidelidade”. Tais informações permitem entrever as preocupações e expectativa dos patrões que esperavam de suas empregadas “livres” nada menos que obediência e dependência, oferecendo em troca proteção, um suposto bom tratamento, casa, comida e em alguns casos remuneração, ou seja, relações pessoalizadas de subordinação e que se assemelhavam àquelas anteriores à abolição da escravidão. Em contrapartida, como enunciado anteriormente para as amas de leite, as trabalhadoras que ofereciam seus serviços nas páginas dos jornais pareciam conhecer essas expectativas, e ressaltavam, por exemplo, sua “boa conduta”; mas também assinalavam suas condições e preferências, que poderiam diferir daquelas pretendidas pelos patrões:

Ama de leite. Na rua da Floresta n.158 encontra-se uma senhora italiana que recebe uma creança para amamentar, porém em sua propria casa.¹⁰⁸

Quem precisar de uma pessoa que se propõe a servir de dama de companhia de senhora idosa ou a desempenhar serviços leves em uma casa de pequena família, dirija-se a esta typographia para informações¹⁰⁹

Uma senhora de idade deseja alugar se como caseira para um viuvo ou moços solteiro. Informações, na Agencia Central, á rua Dr. Flores n.40.¹¹⁰

No primeiro caso vê-se uma ama de leite que determina amamentar “em sua própria casa” e não na casa dos patrões; no segundo caso, a senhora idosa propõe-se a servir de dama de companhia ou “serviços leves” em casa de “pequena família”, deixando clara a intenção de não trabalhar para uma família extensa e não desempenhar “todo serviço”, o que resultaria em trabalho excessivo e desgastante para sua idade. A busca por um trabalho mais leve aparece novamente como condição no terceiro caso, no qual também uma senhora de idade oferece seus serviços para “moço solteiro” ou “viúvo”, o que certamente representaria menos trabalho do que para uma família com filhos. Obviamente as possibilidades de barganha dependeriam de vários fatores, desde a relação de oferta e demanda de empregos domésticos em determinada conjuntura, até os laços sociais mantidos pelas mulheres. Uma mulher casada cujo marido trabalhasse, por exemplo, poderia estar em melhores condições para escolher um emprego de acordo com suas expectativas do que uma mulher solteira cujo sustento dependesse totalmente do seu próprio trabalho.

¹⁰⁸ *Correio do Povo*, 05/03/1898. (Grifo meu)

¹⁰⁹ *Correio do Povo*, 15/03/1898. (Grifo meu)

¹¹⁰ *Correio do Povo*, 13/09/1898. (Grifo meu)

Outro aspecto presente nos anúncios é a mobilidade espacial prevista como condição para alguns postos de trabalho, podendo conferir possibilidades distintas para mulheres solteiras e casadas, por exemplo. Em alguns casos encontramos famílias que iriam se mudar de Porto Alegre procurando por criadas para acompanhá-las:

Uma família, que se retira no proximo sabbado para o Rio, precisa de uma criada de confiança para acompanhá-la, ficando ali a seu serviço. Paga-se bem. Trata-se no alto do Parthenon, acima da capela de Santo Antonio (casa côr de rosa).¹¹¹

Á Rua General Canabarro n.90 precisa-se de uma creada que queira acompanhar uma familia que muda-se para o Rio de Janeiro. Exige-se pessoa que possa dar fiança de sua conducta. Apresentar-se para tratar das 8 ao meio dia.¹¹²

Essa mobilidade constituir-se-ia de maneira ambígua. Primeiro, porque muitos anúncios requisitavam que as trabalhadoras dormissem na casa dos patrões, como dito anteriormente. Segundo porque, em casos como estes citados, o deslocamento de cidade, poderia tanto conferir à trabalhadora a possibilidade de conhecer outro lugar e ter outras experiências quanto, de certa maneira, reforçar a dependência dela para com a família, ao menos até estabelecer laços de amizade e solidariedade na nova cidade. Mesmo assim, isso poderia estar de acordo com as expectativas de algumas mulheres, especialmente aquelas solteiras e sem filhos, conforme se pode ver no anúncio: *"Uma moça solteira deseja empregar-se em uma casa de familia que queira ir para o Rio de Janeiro ou para os banhos. Para informações a Rua do Arvoredo n.133"*¹¹³. Ao que parece o desejo da moça era ir para uma localidade com praias. Para tanto, não necessariamente seria preciso ir tão longe. Encontra-se nos meses de dezembro anúncios de trabalhos temporários, correspondendo a uma "temporada de veraneio":

Cosinheira. Precisa-se de uma á rua da Ponte n.126, porém que queira ir com uma fammília passar o mez de janeiro na praia da Cidreira.¹¹⁴

Precisa-se de uma creada para o serviço interno de uma casa de família, que vae veranear em Belem Velho. Informações á rua Duque de Caxias n.194.¹¹⁵

Cabe destacar que não há menção à remuneração, indicando a informalidade de tais relações de trabalho. É provável que ao retornar dos meses de veraneio as famílias deixassem de contar com os serviços dessas trabalhadoras, tendo elas que procurar por uma nova ocupação. A alta rotatividade nos empregos domésticos no final do século XIX é um padrão apontado por

¹¹¹ *Correio do Povo*, 16/09/1896.

¹¹² *Correio do Povo*, 19/11/1908.

¹¹³ *Correio do Povo*, 28/12/1898.

¹¹⁴ *Correio do Povo*, 21/12/1906.

¹¹⁵ *Correio do Povo*, 11/12/1908.

vários estudos¹¹⁶. Raros eram os casos em que as trabalhadoras permaneciam anos a fio trabalhando para os mesmos patrões. A própria elaboração dos regulamentos sobre os serviços dos criados, no âmbito das Câmaras Municipais, como vimos, demonstrava a preocupação de selar vínculos frágeis entre patrões e empregadas diante da erosão do paternalismo. Nos anúncios coletados, repetidas vezes encontrou-se ofertas de emprego em um dado endereço que, após saírem de circulação, voltavam dias, meses ou anos depois, sendo indício provável da rotatividade das empregadas. Nos anos de 1906 e 1908, por exemplo, encontramos nove anúncios que tinham como endereço a Rua Avahy n.47. É muito provável que o endereço fosse uma casa de família, conforme se pode ver nas seguintes ofertas: "*Precisa-se de uma criada de conducta afiançada e que durma em casa dos patrões. Prefere-se estrangeira. Rua Avahy n.47*"¹¹⁷; "*Creada. Precisa-se de uma, para acompanhar uma família até Santa Victoria do Palmar. Informações á rua Avahy n.47*"¹¹⁸. No dia 17 de março de 1906, circulou uma oferta de emprego para copeiro, sendo repetida mais três vezes e saindo do jornal. Em junho do mesmo ano, novamente foi colocado um anúncio solicitando copeiro, sendo repetido por onze dias até sair de circulação. Mais de dois anos depois, em 18 de dezembro de 1908, mais uma vez um anúncio requisitando menino para servir de copeiro. A mesma rotatividade é indicada nos anúncios procurando uma menina para cuidar de crianças, porém em um menor espaço de tempo. Dia 01 de setembro de 1908, encontrou-se anúncio solicitando menina para cuidar de criança, sendo repetido por seis vezes até sair de circulação. No início de novembro, o anúncio volta a circular (talvez não tivessem encontrado procura): "*Precisa-se de uma creadinha para cuidar de creanças. Rua Avahy n.47*"¹¹⁹. A oferta é repetida até pouco mais da metade do mês, voltando em dezembro ligeiramente diferente: "*Menina precisa-se de uma para cuidar da creança. Rua Avahy n. 47*"¹²⁰

Diante das condições instáveis e precárias dos arranjos de trabalho doméstico vistos até aqui, podemos interrogar como lidavam as trabalhadoras domésticas com essas situações? Seria uma alternativa o estabelecimento de uma boa relação com os patrões? Até que ponto a instabilidade no emprego e a rotatividade não eram sintomas dos embates entre as expectativas distintas conforme a posição de classe? Com essas perguntas em mente, passemos para o

¹¹⁶ Maciel Silva, por exemplo, sugere para o período anterior à abolição que as criadas livres e libertas, em geral, não permaneciam mais de um ano na casa dos mesmos patrões. SILVA, Maciel H. Carneiro. *Op. Cit.* p.85.; GRAHAM, Sandra. *Op. Cit.*; COSTA, Ana Paula Amaral. *Op. Cit.*; TELLES, Lorena. *Op. Cit.*

¹¹⁷ *Correio do Povo*, 28/12/1906. (grifo meu)

¹¹⁸ *Correio do Povo*, 25/06/1908. (grifo meu)

¹¹⁹ *Correio do Povo*, 01/11/1908.

¹²⁰ *Correio do Povo*, 02/12/1908.

segundo objetivo enunciado no início deste capítulo: examinar os indícios de negociações e conflitos entre patrões e empregadas.

2.2. As criadas e seus patrões: entre negociações e conflitos

Durante a vigência da escravidão, e mais intensamente nos seus anos finais, o estabelecimento de laços familiares, de amizade e de solidariedade entre escravos, e escravos e libertos, foi decisivo para a conquista da liberdade e para reafirmação cotidiana da mesma no contexto pós-abolição, conforme têm demonstrado os estudos recentes¹²¹. Por outro lado, a manutenção dos laços com ex-senhores ou o estabelecimento de boas relações com os patrões poderia se apresentar como uma alternativa concreta de proteção para algumas trabalhadoras – ainda que fosse uma proteção ambígua e limitada – diante das condições de precariedade em uma sociedade profundamente desigual e fortemente hierarquizada como aquela da virada do século XIX, na qual recaía ainda sobre os negros o estigma do cativo redobrando a suspeição das autoridades policiais para com os mesmos. A título de exemplo, conforme constatou Silvana Santiago,

entre os homens detidos por vadiagem, acionar o depoimento de seus patrões era mais uma forma de comprovar a honestidade necessária para escapar do jugo policial. Ter um patrão significava estar sob a proteção de alguém capaz de educar e forçar o trabalhador a desempenhar corretamente suas tarefas. A figura do patrão, nesse contexto pós-abolição do trabalho escravo, ainda continuava atrelada às formas de pensar as relações sociais de modo paternalista. No caso das mulheres, a utilização do testemunho de patrões, além de confirmar sua estabilidade amparada no ideal de trabalho, como no caso dos homens, representava também atestar sua honestidade. Especialmente no caso de mulheres solteiras, possuir pessoas capazes de zelar e confirmar sua condições de ‘mulheres honestas’ podia significar a absolvição da ré ou anulação do processo.¹²²

As fontes utilizadas neste trabalho, não privilegiaram a observação de casos em que fossem estabelecidos laços de solidariedade entre trabalhadoras domésticas ou entre elas e membros das classes populares em geral, o que permitiria analisar a construção de uma identidade de classe. Isto não quer dizer que isso não acontecesse. Por outro lado, encontramos nas notícias de jornal alguns casos em que o estabelecimento de boas relações com os patrões poderia garantir algum tipo de benefício ou proteção.

No dia 22 de setembro de 1908, por exemplo, o *Correio do Povo* noticiava um caso de suicídio, na casa da família Menna Barreto, presenciado por uma criada:

¹²¹ Ver XAVIER, Regina. *A conquista da liberdade... Op. Cit.* (especialmente as trajetórias analisadas nos capítulos 4 e 5).

¹²² SANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de Tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicana*. Campinas, SP, Dissertação (Mestrado de História), UNICAMP, 2006. p.95-96.

[...] Á rua Duque de Caixas n.37. sobrado, reside a exma. esposa do general Antonio Adolpho da Fontoura Menna Barreto, actualmente no Rio de Janeiro, d. Maria Rachel Ribeiro Menna Barreto. Esta senhora, acompanhada de pessoas de suas relações, saiu de sua residencia, ante-hontem, ás 6 horas da tarde, com o fito de assistir ás festas realisadas na escola de guerra. Em casa ficaram, apenas, a serviçal Leonor Ferreira e uma sua filha menor.

Ás 8,25 ali entrou [...] Bento Manoel Ribeiro [...] irmão de d. Maria Rachel. Estava elle aparentemente calmo, quando pediu a Leonor um tinteiro e uma caneta. [...] Enquanto o sargento Bento escrevia, Leonor dirigiu-se ao seu quarto, no interior do prédio. Passados cinco minutos, ouviu ella o estampido de um tiro de revólver, que partia do sótão da casa. [...].¹²³

Ao que parece, a serviçal Leonor Ferreira era de confiança da família, dado que a patroa deixou-a sozinha em casa enquanto se dirigia às festas que seriam realizadas na Escola de Guerra. É possível que a confiança adquirida tenha lhe possibilitado levar consigo para morar na casa dos patrões a filha menor, o que não era ponto passivo entre os patrões, conforme se pode ver no anúncio veiculado também em 1908: "*Precisa-se de uma creada para cosinhar e lavar roupa e declaro que não venha com filhos; paga-se bem. Para tratar na rua dos Andradas n.344*"¹²⁴.

Vejamos outro caso. No dia 17 de setembro de 1906, era noticiado um suicídio envolvendo a criada Isabel, de 17 anos, de cor clara:

A confortável residência do nosso amigo dr. Joaquim Tiburcio de Azevedo, á praça Marechal Deodoro n.8, foi hontem theatro de uma scena de sangue. Ha dois annos, mais ou menos, que se alugára como serviçal da familia do nosso amigo, Isabel Rodrigues, filha de Vicencia Rodrigues, moradora á rua Venezianos. Isabel era caprichosa no serviço e por isso captou logo a estima da esposa do dr. Tiburcio, senhora que sabe ser uma verdadeira dona de casa. De tempos a este parte, a mãe de Isabel e uma irmã a perseguiram para que deixasse ella a casa em que estava, afim de ir empregar-se no serviço de lavagem de roupa. Isabel, porque se achasse bem onde estava e onde era tratada com toda consideração, recusou o convite e declarou que não abandonaria a casa de seus patrões. Dizendo ella que em companhia de sua mãe era maltratada, pediu ao dr. Tiburcio para que a mantivesse no lar de sua familia. Esse declarou que, sendo essa a sua vontade, podia ficar.

Ante hontem, Isabel saiu de casa indo comprar um par de sapatos de setim branco, afim de assistir, hontem, ao casamento de uma amiga. Pela manhã, levantou-se a infeliz e começou na sua faina diaria. Ninguem notou nada de anormal em Isabel, a qual, dirigindo-se a um aposento da casa, muniu-se de um revólver pertencente ao seu patrão e recolheu-se ao seu quarto, no pavimento inferior do prédio. O dr. Tiburcio, em companhia de seu filho Rafael, estava no seu gabinete de trabalho, estudando ambos, quando a cozinheira da casa deu alarme, dizendo ter ouvido o estampido de um tiro.

O dr. Tiburcio acudiu e encontrou Isabel, extendida no quarto, morta, no meio de uma poça de sangue que lhe saía do craneo. A infeliz havia posto termo á existência. Immediatamente, pelo telefone, o nosso amigo deu parte da occorrença ao desembargador chefe de policia e delegado Augusto Cesar de Medeiros, comparecendo este ao local do triste factio. [...]

Isabel, que contava 17 annos de idade, era de côr clara e dada á leitura de romances, tendo acabado de ler *Paulo e Virginia*. O quarto em que ella dormia era arejado, claro

¹²³ *Correio do Povo*, 22/09/1908.

¹²⁴ *Correio do Povo*, 13/12/1908.

e achava-se em completo asseio. Um catre, uma mesa e um cabide, constituíam a sua mobília, havendo sobre a mesa um pequeno oratório e um livro *Obras de Alvares de Azevedo*, tendo marcado com uma fita a página 142. Na gaveta dessa mesa existiam berloques sem valor, cadernos de calligraphia, lápis e dinheiro em papel e nickel. Um bilhete, mas escripto, dizia: *Mato-me com uma punhalada no coração*. [...] Entre os papeis da suicida foi encontrado o seguinte bilhete: “Minha sympathica Isabel – Conforme mandaste-me pedir para eu falar com meu amigo Lewys, tenho a dizer-te ceria melhor tu vires aqui em casa para explicar-te o que ha de novo. Sem mais aceites um beijinho na testa e um abraço bem fundo do (coração). O teu que não te quer mais. *Rochinha*. [...]”

Primeiramente, deve-se estabelecer ressalvas quanto ao conteúdo da notícia especialmente pelo fato dela tratar de um amigo dos jornalistas (“nosso amigo dr. Tiburcio”). Nota-se, inclusive, uma certa preocupação de enfatizar o bom tratamento dispensado pela família à criada, talvez como forma (um tanto suspeita) de que não recaísse qualquer desconfiança sobre uma possível culpa da família no caso de suicídio. Em contrapartida, supondo que fosse essa a intenção da notícia, para convencer o público leitor e vizinhos, seria necessário um mínimo de verossimilhança naquilo que era narrado, o que permite analisá-la. A notícia é interessante pela riqueza de detalhes a respeito de elementos cotidianos da vida da criada Isabel junto à família de Joaquim Tibúrcio. Ao que consta, Isabel trabalhava na casa há dois anos, portanto, desde os 15 anos de idade. Não era a única criada, pois trabalhava junto a ela uma cozinheira, que ouviu o disparo de revólver. Ainda que morasse com os patrões, conforme indica a descrição do “quarto em que ella dormia”, pode-se perceber que Isabel circulava pela cidade, como quando foi “comprar um par de sapatos de setim” para “assistir ao casamento de uma amiga” (o que indica alguma remuneração). Em uma dessas andanças deve ter ela conhecido o tal Lewis, bem como o “Rochinha” com quem trocara bilhetes e que ao que parece não mais queria nutrir relacionamento com ela. A troca de bilhetes e a leitura de romances indica que Isabel sabia ler e escrever. Teria aprendido na casa dos patrões? É interessante notar que a mãe e irmã de Isabel também trabalhavam como domésticas, incitando-a para que deixasse a casa dos patrões e fosse com elas trabalhar na lavagem de roupas, pedido este negado pela criada por alegar que era maltratada pela mãe. O que se quer destacar neste caso é o fato da casa dos patrões aparecer como lugar de proteção frente às supostas agressões da mãe.

Passemos a um último caso, referente à prisão de uma criada, noticiado no dia 22 de janeiro de 1908:

Prisão injusta – Ante-hontem, às 9 horas da noite, saiu do aluguel a preta Maria Justina, que reside em companhia de uma família à rua da Concordia n. 29. Ali chegando, bateu Ella à porta, e, como não houvesse gente em casa, sentou-se ao portão à espera da dona da casa, que tinha ido ao Menino Deus, visitar uma pessoa de amizade, que se acha enferma.

Pouco depois, passando pelo local uma patrulha da policia administrativa, perguntou a Maria Justina o que fazia sentada, ao que Ella respondeu residir ali e estar à espera da dona da casa. Uma das praças que compunham a patrulha, deu voz de prisão à pobre preta, ao que esta respondeu que nada havia feito para ser presa, dando ainda alguma explicação a respeito.

Tudo, porém, foi baldado, pois Maria teve de seguir presa para o 2º posto. Maria é serviçal de uma família residente à rua Demetrio Ribeiro, onde goza de estima, por ter comportamento exemplar e ser excelente criada. No posto, foi Ella obrigada a fazer fachina geral.

Depois de seus patrões mandarem procural-a, chegou Ella, hontem à casa, às 11 ½ horas da manhã, por só ter sido solta às 10 horas. Chamamos a atenção de quem competir para essas prisões injustas, que, segundo somos informados ocorrem de vez em quando.¹²⁵

Esta notícia é bastante interessante, primeiramente, porque remete à questão da construção do negro como suspeito e alvo preferencial da repressão policial contra a “vadiagem” no contexto pós-abolição. Fosse Maria Justina branca teria recebido o mesmo tratamento dos policiais? A própria notícia chama à atenção de que essas prisões ocorriam “de vez em quando”. Além disso, na imprensa negra porto-alegrense, casos de abusos e discriminação quanto às pessoas “de cor” eram frequentemente relatados, como no jornal *O Exemplo*¹²⁶. Outro aspecto interessante e não tão evidente que a notícia indica são as relações pessoais e hierarquizadas como condição à cidadania na virada do século XIX. Não gozasse a preta Maria Justina de estima por ter comportamento exemplar e ser excelente criada (em outras palavras, estar submetida à autoridade dos patrões, talvez uma família abastada ou influente) teria essa “denúncia” como “prisão injusta” constado nas páginas do *Correio do Povo*, jornal que, frequentemente, representava e destacava em suas páginas confusões, tumultos e crimes nos quais homens e mulheres “de cor” estavam envolvidos? É provável que não, mesmo porque, de todos os anos e meses consultados, essa foi a única menção à discriminação e violência policial contra a população negra encontrada. A boa relação com os patrões, neste caso, não foi capaz de proteger a criada da repressão policial, mas possibilitou, em certo sentido, que ela “tivesse voz” em um jornal de grande circulação.

O fato de os casos analisados indicarem boas relações entre patrões e empregadas, conferindo a elas algum tipo de vantagem ou proteção, não pode superestimar o lar dos patrões como espaço harmonioso. Embora os anúncios não permitam analisar conflitos explícitos, isso não autoriza dizer que eles não ocorressem. Lorena Telles, por exemplo, ao analisar o Livro de Registros de Certificados onde eram anotados os contratos de criados e criadas (previsto pelas Posturas Municipais de São Paulo de 1886) encontrou uma série de demissões pelas justificativas de “desobediência”, “provocar desordem no seio da família”, “preguiça para o

¹²⁵ Correio do Povo, 22/01/1908.

¹²⁶ Ver XAVIER, Regina C. L. Raça, classe e cor... *Op. Cit.*

serviço”, entre outras, a partir das quais concluiu que: “das práticas e comportamentos ditos ‘irregulares’ às formas de insubordinação e indisciplina, entrevemos respostas claramente insubmissas ante os patrões, pequenas resistências cotidianas”.¹²⁷ Ana Paula Costa, analisando documentação semelhante para a cidade de Rio Grande de 1887 a 1890 e de 1893 a 1894, encontrou evidências idênticas. Foram alegados como motivos das exonerações de trabalhadoras: má conduta, criadas “mal educadas”, “negligentes”, “vadias”; “ausência sem comunicar o patrão”; saída do emprego para cuidar de um parente enfermo; sair por sua vontade; busca por um salário melhor, entre outras¹²⁸. Um caso extremamente interessante analisado por Amaral foi o da trabalhadora doméstica Virgínia Gabriella que, ao ser ofendida de “porca e molambenta” pelo patrão, decidiu não se submeter ao tratamento vexatório, abandonando o trabalho em nome de sua dignidade e reafirmando sua condição de liberdade.¹²⁹

Ao analisar atentamente os anúncios de emprego veiculados pelo Correio do Povo nos anos de 1896, 1898, 1906 e 1908, foi possível encontrar algumas pistas a respeito de possíveis conflitos nos lares porto-alegrenses.

No dia 08 de março de 1896, passou a circular o seguinte anúncio: “*Criada. Precisa-se de uma, para casa de pouca familia, à rua dos Andradas n.179*”¹³⁰. Não constando no mês de junho, o anúncio voltou a circular no mês de setembro com uma pequena variação, a designação “para serviços leves”, sendo encontrado também nos meses de novembro e dezembro. Levando em conta a ausência no mês de junho, se pode afirmar que dificilmente a família tenha ficado o ano todo sem os serviços de uma criada. É mais provável que uma ou mais criadas tenham trabalhado naquela casa, mas que, por motivos cujos anúncios não permitem saber, não permaneceram no emprego.

No dia 08 de março de 1908 um anúncio pedia: “*Na rua Coronel Vicente n.36 precisa-se de uma [criada] para serviço de dentro, em casa de pequena família.*”¹³¹ Alguns dias depois, no mesmo endereço, a oferta de emprego apresentava maiores detalhes a respeito do perfil da criada almejada: “*Á Rua Coronel Vicente n.36 precisa-se de uma [criada] de 18 a 20 annos, para serviços leves. Prefere-se estrangeira.*”¹³². O que motivou essa mudança? Teria esta família recebido em sua casa uma “criadinha” mais jovem, “de cor”, cujos serviços ou a

¹²⁷ TELLES, Lorena. *Op. Cit.* p.77.

¹²⁸ COSTA, Ana Paula Amaral. *Op. Cit.* p.98-106.

¹²⁹ Idem. p.104.

¹³⁰ *Correio do Povo*, 08/03/1896.

¹³¹ *Correio do Povo*, 08/03/1908.

¹³² *Correio do Povo*, 14/03/1908.

“conduta” não estavam de acordo com as expectativas dos patrões? É impossível saber ao certo, mas levando em conta os estudos anteriormente citados, essas suspeitas não são infundadas.

Consideremos mais um caso. No dia 07 de março de 1906, foi veiculado um anúncio com os seguintes dizeres: *“Precisa-se de uma criada para todo o serviço de uma senhora. Exige-se que saiba cozinhar e durma em casa. Rua Pantaleão Telles n.183.”*¹³³. Ao que tudo indica, esta senhora não teve grandes dificuldades para encontrar uma criada, pois o anúncio ficou apenas dois dias no jornal (diferentemente de outros tantos que passavam dias e até meses seguidos). Apesar de estar explícito que o emprego anunciado era para todo o serviço, ou seja, todos os afazeres indispensáveis para a manutenção da casa - limpar, lavar a roupa, cozinhar – e que ainda exigia-se que a criada dormisse na casa da patroa, esta oferta de trabalho pode ter sido atrativa na medida em que consistia nos cuidados de apenas uma senhora, e não de uma família inteira, cujos serviços certamente ocupariam mais tempo e seriam mais cansativos. Passados pouco mais de dois anos, a mesma patroa procurava por uma nova serviçal: *“Precisa-se de uma criada para todo o serviço de uma senhora só. Exige-se que durma em casa. Rua Pantaleão Telles n.183, em frente ao gazometro.”*¹³⁴. Em dezembro do mesmo ano, o mesmo anúncio voltou a circular, desta vez, porém, especificando a preferência por uma criada de “meia idade”. Temos neste caso, portanto, mais um indicativo da rotatividade das criadas no emprego. O acréscimo da preferência por uma idade determinada de setembro para dezembro pode ter sido motivado por uma experiência com uma criada mais jovem que desagradou a patroa, levando-a a tentar contratar uma empregada de meia idade. Pode-se ainda aventar a possibilidade de que mais do que uma serviçal, aquela “senhora só” estivesse à procura de alguém para lhe fazer companhia e que uma empregada com idade mais próxima da sua pudesse atender melhor a tal expectativa.

A partir desses casos e dos dados analisados pelos autores anteriormente citados, é razoável pensar, portanto, que a rotatividade evidenciada nos anúncios do *Correio do Povo* seja um indicativo também dos embates de expectativas entre empregadores e empregadas acerca do trabalho, dos deveres de cada uma das partes, das condições impostas como “dormir na casa dos patrões”, “asseio”, “fidelidade”, “boa conduta”, ou das promessas dos patrões de um “tratamento digno”, etc. Alguns artigos encontrados no periódico em questão reforçam esta hipótese.

¹³³ *Correio do Povo*, 07/03/1906.

¹³⁴ *Correio do Povo*, 12/09/1908.

No dia 20 de dezembro de 1896, circulou no Correio do Povo uma crônica assinada por Lauro Rosa, na qual, em tom bastante irônico e hiperbólico, o autor atentava para o que chamou de “questão social das criadas”, que na sua opinião parecia não ter solução:

[...]as creadas de servir, as mucamas e até as cosinheras, uma espécie de gente que não tem a quem prestar obediência e que passou a bater-nos o pé por qualquer cousa em que lhes vamos ás mãos. [...] A creada é hoje um elemento poderoso contra a boa economia do lar e tem mesmo posto na contingencia de pensar muito demoradamente, quando alguém trata de organizar o seu *home*, [ilegível] de dar-lhe a entender que ella está em sua casa, e o diabo em casa de padres. Porque, a creada de servir deixou de ser pau para toda a obra, como no tempo das priscas éras, e é hoje uma classe de gente que tem as suas especialidades, mas sempre de modo que não suje as mãos e não molhe a fimbria do vestido. [...] Ellas não querem relações com as caçarolas, arrutam-se, si não as deixam vestir a roupa branca de sociedade com a senhora dona da casa, enquizilam-se si o dono uma vez ao menos em cada lua, não encontra meios de lhe dar um beliscão no quadril ou um piparote no lóbulo da orelha, com a phrasesinha amigável: - *esta ladrona!*... – Não dormem em casa porque não podem ouvir chorar as creanças á noite; nem lavam o assoalho porque não querem fazer calos nas mãos ou nas rotulas. Dahi vêm andarem todos os dias os jornaes recheiados de pedidos de creadas que, decididamente, não apparecerão, emquanto alguém não se resolver a fazer um annuncio assim: ‘Precisa-se de uma creada nova e bem arranjada, que se dê ao incommodo de vir ao aluguel apenas no fim do mez para ser paga do seu trabalho; com a condição de se lhe dar vales bond. A dona da casa, outrossim, fará vista grossa, ás lições de pintura a fresco ou de esthetica aplicada que lhe dará o marido nas horas vagas, ao abrigo das vistas indiscretas.¹³⁵

As criadas, no contexto pós-abolição, são representadas pelo jornalista como insubmissas, “gente que não tem a quem prestar obediência”, que “bate o pé por qualquer coisa” e que “deixou de ser pau para toda obra, como no tempo das priscas eras”, estabelecendo assim uma alusão - ao que parece com saudades - ao tempo da escravidão. Percebe-se, portanto, a dimensão conflitiva das relações entre patrões e trabalhadoras domésticas, bem como o papel ativo desempenhado por elas nessa relação. O autor faz referência aos jornais recheados de pedidos de criadas que não apareceriam, conforme se pode interpretar, não por que não houvesse gente disponível para trabalhar, mas porque as trabalhadoras domésticas, muitas das quais ex-escravas ou descendentes de escravos, não estavam dispostas a aceitar os desmandos dos patrões que esperavam delas uma posição de total subserviência. Deve-se notar que Lauro Rosa, falando a partir do seu presente, ou seja, oito anos após a abolição, idealiza o passado escravista como se nele não houvesse conflitos, talvez no intuito de reforçar a imagem de um presente onde as coisas, ou melhor, as pessoas não estavam nos seus “devidos” lugares sociais.

Também em 1896, porém alguns meses antes, os criados foram tema da seção “Serões em Família”. Esta seção do jornal era destinada a instruir as donas de casa com artigos e trechos de livros sobre temas relacionados ao lar, à família, à amamentação, à educação das crianças,

¹³⁵ *Correio do Povo*, 20/12/1896.

entre outros. Nesta edição, foi selecionado um trecho do livro *Donas de Casa*, publicado em 1894 por Sylvino Júnior, no qual discutia-se:

Obter um creado é mais difficil que fazer fortuna. Desorganizado este serviço, como está, e talvez como para todo o sempre estará, não ha remédio sinão acceitarmos o primeiro biltre ou o primeiro insolente que por um preço elevadissimo venha se introduzir em nossa casa. E depois, cada cidadão que se arranje como puder com a imperfeição dos serviços, com os desasseios e as quebras de louça, o extraviamente dos talheres, o mau trato dos moveis, as faltas inesperadas, etc., todo o inferno em que os creados costumam metter os amos para o seu prematuro envelhecimento e grande satisfação deles, creados.

Em parte, este mau estar em que nos achamos a respeito de creados, provém de uns tantos habitos de que necessitamos nos corrigir. Por uma democratisação mal comprehendida e de uso trata-se o creado como uma pessoa reunida á familia. As meninas servem-se dos famulos para seus confidentes; há senhoras que os encarregam de comissões improprias a muitas vezes desvantajosíssimas para si próprias, e não é raro saber-se de certos chefes de familia que degradam a seriedade do lar com revoltantes acções em que representam papeis principaes as suas creadinhas novas. [...] Não somos partidários do absoluto rigor, ao contrario, achamos que a bondade e a afabilidade são as melhores qualidades para a estima e o respeito; mas queremos, e nisto somos exigentes, que cada um occupe o seu lugar conforme a sua profissão e a sua condição social.

Ao contratarmos um creado devemos dizer-lhe logo: você aqui trabalha, vê, ouve e cala-se. Depois discrimina-se-lhe o serviço, estabelecendo a ordem a que se tenha sujeitado esse serviço. Temos observado em grande numero de casas um grande defeito disciplinar, cujos prejuizos são multiplos. [...]¹³⁶

Embora os trechos citados correspondam ao livro de Sylvino Junior, é importante considerar que a seleção operada pelos editores certamente não foi aleatória. Tendo em vista o objetivo moralizante de ensinar os leitores-patrões, especialmente as donas de casa, a lidar e disciplinar seus criados, pode-se presumir que o conteúdo dos trechos selecionados correspondia às preocupações locais da elite porto-alegrense: a dificuldade de encontrar criados “bons” e “obedientes”, conforme as expectativas e valores dos patrões.

Tomados em conjunto, os anúncios e artigos analisados indicam que os significados acerca do trabalho livre no âmbito da domesticidade e dos direitos e deveres de patrões e empregadas estavam em disputa no imediato pós-abolição, ajustando-se e desajustando-se conforme as negociações e embates cotidianos entre os sujeitos envolvidos.

¹³⁶ *Correio do Povo*, 01/04/1896.

Considerações finais

Cabe aqui retomar alguns caminhos percorridos neste trabalho e a questão inicialmente proposta: quais foram as possibilidades de inserção das mulheres no mercado de trabalho doméstico em Porto Alegre, no contexto pós-abolição? A partir da análise quantitativa dos anúncios de emprego divulgados no jornal *Correio do Povo*, nos anos de 1896, 1898, 1906 e 1908, juntamente com alguns casos qualitativos, vimos primeiramente que as ofertas de emprego doméstico destinavam-se maciçamente às mulheres, o que não era uma especificidade de Porto Alegre, mas algo comum às outras cidades brasileiras no final do século XIX. Em certo sentido, essa face feminina do mercado de trabalho doméstico expressava e reproduzia as concepções de gênero dominantes, delimitando espaços e funções tidas como “compatíveis” à suposta “natureza” da mulher: o âmbito privado da domesticidade, o cuidado da casa, dos filhos e do marido, as funções que exigiam paciência e delicadeza; ao contrário dos homens, a quem caberia o trabalho fora do lar, o papel de provedor da família, etc. Em contrapartida, a presença no mundo do trabalho possibilitava às trabalhadoras experiências com contornos distintos das mulheres da elite. Isso porque o próprio trabalho enquanto criadas, cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, amas implicava circular nas ruas da cidade onde poderiam estabelecer laços de amizade, de solidariedade, namoros. Essas sociabilidades, juntamente com a remuneração proveniente do emprego, poderia proporcionar certa independência diante de seus amásios e maridos. Conforme assinalou Santiago:

Entre as classes pobres, a questão da sobrevivência forçava mulheres a assumirem comportamentos [espaços?] considerados masculinos, como, por exemplo, trabalhar nas ruas para garantir o sustento de seus lares. A pobreza tendia a nivelar um pouco mais as hierarquias entre os homens e mulheres. Os papéis sexuais, nesse contexto, são vividos de modos mais complexos.¹³⁷

As experiências e possibilidades de inserção das trabalhadoras domésticas na virada do século XIX também podiam variar em função da cor da pele e da nacionalidade, especialmente tendo em vista a proximidade do passado escravista e a presença de suas marcas físicas e simbólicas e também o pensamento racial apropriado pela elite brasileira naquele contexto, que informavam a discriminação na prática de contratação. Assim, encontramos anúncios indicando preferência por estrangeiras e empregadas brancas, discriminando às trabalhadoras de “cor” e restringindo suas possibilidades de arranjar um emprego. Com a aproximação da abolição,

¹³⁷ SANTIAGO, Silvana. *Op. Cit.* p.102.

temerosas em perder o controle sobre os trabalhadores, as elites lançaram mão de estratégias diversas a fim de manter a ordem social, dentre elas a tentativa de regulamentação dos serviços dos criados, inscrita nas posturas da Câmara Municipal de Porto Alegre, em 1888. Embora fosse uma regulamentação assimétrica e com nítidos objetivos de controlar as criadas mediante o registro e as cadernetas, o regulamento previa a mediação do Estado na relação entre empregadores e empregadas e alguns direitos também para as trabalhadoras. Essa tentativa, porém, caiu em desuso e, conforme se pode constatar nos anúncios de emprego analisados, a permanência dos serviços domésticos sob o arbítrio privado dos patrões favoreceu o estabelecimento de arranjos de trabalho diversos, que em muitos casos sugeriam contiguidades com as práticas escravistas como, por exemplo, o uso da mão de obra de menores de idade, o trabalho não-remunerado, a exigência de que as trabalhadoras dormissem na casa dos patrões e a expectativa de “fidelidade”, “obediência” dos empregados em troca de uma suposta “proteção” e “tratamento digno” por parte dos patrões. Isso trouxe à tona as ambiguidades e imprecisões do trabalho livre no contexto pós-abolição, não havendo um corte profundo com a escravidão. Assim, os significados acerca do trabalho livre no âmbito da domesticidade e dos direitos e deveres de patrões e empregadas estavam em disputa no imediato pós-abolição, ajustando-se e desajustando-se conforme as negociações e embates cotidianos entre os sujeitos envolvidos.

Fontes e Bibliografia

Fontes primárias:

Jornal *Correio do Povo*, 1896, 1898, 1906, 1908. Núcleo de Pesquisa em História – UFRGS (microfilme)

PORTO ALEGRE (RS). Secretaria de Cultura. *Livro de Registro das Posturas Municipaes de 1829 até 1888*. Porto Alegre: Editora da Cidade: Letra & Vida, 2013.

Bibliografia:

ARAVANIS, Evangelia. A industrialização do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República: a organização da produção e as condições de trabalho (1889-1920). *Revista Mundos do Trabalho*, vol.2, n.3, janeiro-julho de 2010, p.148-180.

AZEVEDO, Célia M. M. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAK, Joan. Classe, etnicidade e gênero no Brasil: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906, em Porto Alegre. *Métis: história & cultura*, v. 2. n. 4. p. 181-224. jul./dez.2003

BAKOS, Margareth. Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento estado e sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889). *Revista Brasileira de História*, v. 4, n. 7, p. 94-104, 1984.

BATALHA, Claudio. Os desafios atuais da História do Trabalho. *Anos 90*. Porto Alegre, v.13, n.23/24, p.87-104, jan./dez. 2006.

BELARDINELLI, Lilhana. *Do serviço doméstico: cotidiano das criadas negras em Porto Alegre, 1880-1888*. Porto Alegre, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

COSTA, Ana Paula. *Criados de servir: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880-1894)*. Pelotas, RS, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pelotas, 2013.

CUNHA, Olivia. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, Olivia e GOMES, Flávio (orgs.) *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p.377-417.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul, RS: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRAGA, Gerson. *Branco e Vermelhos: a guerra civil espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939)*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

FRAGA FILHO, W. *Encruzilhadas da liberdade : histórias e trajetórias de escravos libertos na Bahia, 1870-1910*. Campinas, SP, Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, 2004.

GANS, Magda. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1888)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ ANPUH/RS, 2004.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 1999.

GRAHAM, Sandra. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LARA, Silvia H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, v. 16, p. 25-38, 1998.

LEAL, Elizabeth. Mulher e família na virada do século: o discurso d'A Federação. In: HAGEN, Acácia; MOREIRA, Paulo Staudt (orgs.) *Sobre a rua e outros lugares: reinventando Porto Alegre*. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal, 1995. p.19-50.

LIMA, Henrique Espada. Trabalho e lei para os libertos na Ilha de Santa Catarina no século XIX: arranjos e contratos entre a autonomia e domesticidade. *Cadernos AEL*, v.14, n.26, 2009. p. 135-177.

MATOS, Maria Izilda. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Prefácio. In.: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas. C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.13-38.

MENDONÇA, Joseli N. *Cenas da Abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MONSMA, Karl. Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista. *Dados*, v. 53, p. 509-543, 2010.

MOREIRA, Paulo Staudt. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre*. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

PESAVENTO, Sandra. *A emergência dos subalternos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1989.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Mattos. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

SANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de Tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Campinas, SP, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SCOTT, Joan. W. Prefácio à Gender and Politics of History. *Cadernos PAGU*, v. 3, p. 11-27, 1994.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.-dez. 1995.

SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil – Pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo, Oikos, 2000.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

SILVA, Maciel Carneiro. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)*. Salvador, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, 2011.

SILVA, Nauber Gavski da. *Vivendo como classe: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

SPERANZA, Clarice Gontarski. *A greve da oficina de chumbo: o movimento de resistência dos trabalhadores da Empresa Jornalística Caldas Júnior (Porto Alegre, 1983,1984)*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007

SOARES, Aline. "Precisa-se de um pequeno": negociação, conflito e estratégia de vida da mão-de-obra infantil negra no pós-abolição no Rio de Janeiro (1888-1927). In: ABREU, Martha, PEREIRA, M. (orgs.) *Caminhos da Liberdade: Histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói, RJ: PPGHISTÓRIA-UFF; Editora da UFF, 2011. p.362-375.

SOUZA, Flávia. *Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. São Gonçalo, RJ, Dissertação (Mestrado em História). UERJ, 2009.

TELLES, Lorena. *Libertas entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão*. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, 2011.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. (v.1 “A árvore da liberdade”). 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos PAGU*, v. 3, p. 29-62, 1994.

TORCATO, Carlos. *A repressão oficial ao jogo do bicho: uma história dos jogos de azar em Porto Alegre (1885-1917)*. Porto Alegre, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

WISSENBACH, Maria Cristina. *Sonhos africanos, vivências ladinhas: escravos e forros em São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

XAVIER, Regina. C. L. *A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1996.

_____. Raça, civilização e cidadania na virada do século XIX e início do século XX. In: *IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2009.

_____. Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul no pós-abolição. In: FORTES, Alexandre et al. *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p.103-131.